

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-074-21**

Página 1 de 2

VISTO

O presente instrumento foi lido e analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)		CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA		CNPJ: 19.811.620/0001-39
ENDEREÇO: Rua Doutor Manoel da Costa Souza, 235 – Neópolis – Natal/RN – CEP 59.086-330		FONE: (84) 99925-3746
OBJETO: Prestação dos serviços de CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA), conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	PRAZO PARA CONCLUSÃO: O prazo para conclusão dos serviços será de 05 (cinco) meses contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA .	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$10.000,00 (dez mil reais).
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo II deste CONTRATO)	IMPOSTOS: Todos os impostos e taxas estão incluídos no preço total.	CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste Contrato são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta " PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.1.6 ".	FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.	
CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo II deste CONTRATO)		
CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS: 1) A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato através da internet, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela Fiscalização da CONTRATANTE . 2) A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE , responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste contrato, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.		
RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As RESPONSABILIDADES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo II deste CONTRATO)		
FISCALIZAÇÃO: 1) A fiscalização do objeto ora contratado será realizada pelos profissionais pertencentes aos quadros da CONTRATANTE , infra-assinados, com poderes para verificar o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições. 2) A FISCALIZAÇÃO terá os mais amplos poderes, inclusive para: Ordenar a imediata substituição de empregado da CONTRATADA que embarçar ou dificultar a sua ação fiscalizadora, sem que esse fato acarrete qualquer ônus para a CONTRATANTE ; 3) Recusar serviço que não tenha sido executado de acordo com o contratado; 4) Suspender, desde que lhe venha ao conhecimento e esteja dentro de sua capacidade, qualquer serviço executado em desacordo com o contratado, especificações técnicas ou com a boa técnica regulamentada; 5) Registrar, em relatório próprio, às irregularidades ou falhas que encontrar na execução dos serviços ora contratados, nele anotando as observações que julgar necessárias e assinando-o. 6) Caso a CONTRATADA não observe as exigências da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE , terá esta última, além do direito de aplicação das sanções previstas no presente Contrato, também o de suspender a execução dos serviços e sustar o pagamento de quaisquer respectivos documentos de cobrança. 7) A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE , não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados; 8) O GESTOR e os respectivos FISCALIS deste contrato que subscreverem ficam automaticamente designados.		
RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.		

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-074-21**

Página 2 de 2

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considerada **Dispensável** a realização de licitação, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-094-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

MATRIZ DE RISCOS:

Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:
ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Natal/RN, 03 de Dezembro de 2021.Pela **CONTRATANTE**:
Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente
Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e FinanceiraPela **CONTRATADA**:
Fábio San Martin Guimarães Vêras
Representante Legal**TESTEMUNHAS:**
Hugo César da Rocha Ribeiro:
CPF/MF: 070.767.334-80
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00**PELA FISCALIZAÇÃO:**
Enilce Dias Leão Barbalho
Assessora da Presidência
Gestora do **CONTRATO****ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU**


ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTDE	VALOR (R\$)
1	CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	10	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL :			10.000,00

ÍNDICE DE REVISÕES

[illegible]

Ady



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 2 de 14	Identificação TR 01.04
	OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA) para a Diretora Presidente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021, na conta: **PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.1.6.**

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (**RILC**) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6 - DOS QUANTITATIVOS

6.1 - Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANTIDADE
1	MENTORIA	VERBA	1

7 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – O programa de mentoria tem objetivo de potencializar resultados, desenvolver estratégias assertivas e planejar o crescimento de uma carreira com confiança, realização e prosperidade.

7.2 – O programa deverá contar com uma base sólida Positive Coaching, Mentoria individual personalizada e material dinâmico para o aumento de suas reflexões sobre ações, atitudes e comportamentos, ao garantir clareza sobre suas novas maneiras de pensar.

7.3 – O programa deverá ser desenvolvido através de técnicas e metodologias direcionadas para o alcance de seus objetivos de evolução profissional, atribuindo maior autoconfiança, foco em suas novas ações e aumento de sua clareza, como fatores principais para seu crescimento e realização profissional.

Handwritten signature

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 3 de 14

Identificação**TR 01.04****OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)**

7.4 - O programa deverá ser estruturado em 10 sessões, com frequência semanal e/ou quinzenal para os encontros, com 1h30min de duração, validada na versão online.

7.5 - O programa de mentorias deverá seguir um padrão de troca de experiências, incluindo feedback e planos de ações, sugestões de leituras e filmes que irão contribuir para o seu despertar do equilíbrio emocional, ao valorizar o foco, disciplina e autoconfiança em suas novas atitudes.

7.6 - Em cada encontro, deverão ser destacados os pontos de melhorias e novas ações para que possa exercitar efetivamente as reflexões sobre suas competências e quais os planos e estratégias a serem estruturados para o desenvolvimento e alcance de metas.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**):

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.


8.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do presente **CONTRATO**.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

 <p>POTIGAS Comercial 2016/2017 S.A.</p>	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 4 de 14</p>	<p align="center">Identificação TR 01.04</p>
	<p align="center">OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)</p>	

8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela CONTRATANTE, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.

8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no presente **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao presente **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do presente **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como enviar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no presente **CONTRATO**.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

[Handwritten signature]

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 5 de 14

Identificação**TR 01.04****OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)**

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente **CONTRATO**.

8.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.30 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.31 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.


8.1.32 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.33 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.34 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 6 de 14	Identificação TR 01.04
	OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o presente **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.


9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal)

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 7 de 14	Identificação TR 01.04
	OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	

Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xml.nfe@potigas.com.br.

9.1.4 - No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

9.1.5 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.5.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.5.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:


- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 8 de 14	Identificação TR 01.04
	OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) deste **CONTRATO**.

9.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

9.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento deste **CONTRATO**;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **06 (seis) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irreeajustáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 - O preço consignado no **CONTRATO** é fixo e irreeajustável.

11.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

57

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 9 de 14

Identificação**TR 01.04****OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)**

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

11.5 - O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.8 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10 - O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.


12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 10 de 14	Identificação TR 01.04
	OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)	

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 11 de 14

Identificação**TR 01.04****OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)**

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no **§2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais/serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 12 de 14

Identificação

TR 01.04

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas no **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.10 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12 - Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.12.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no **CONTRATO**.

13.13 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.14 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do RILC da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 13 de 14

Identificação**TR 01.04****OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)****14 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO**

14.1 - A medição dos serviços contratados será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, apurados pela FISCALIZAÇÃO do respectivo **CONTRATO**, conforme diretrizes contidas no **CONTRATO** e seus anexos.

14.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

15 - MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS**18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

- I - Cédula de identidade oficial, Cartão PIS/PASEP e Comprovante de residência, no caso de pessoa física;
- II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

§ 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 14 de 14

Identificação

TR 01.04

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROGRAMA PARA GESTORES (MENTORIA INDIVIDUAL PERSONALIZADA)

simplificada expedida pela Junta Comercial.

§ 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;
- III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;
- V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;
- VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

Natal/RN, 23 de agosto de 2021.

Elaboração e Fiscalização:

Enilce Dias Leão Barbalho
Assessora da Presidente



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 1 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5-087-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA UNICORN TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI.

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **UNICORN TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, com Sede na Avenida Camilo Di Lellis, 392, Loja 24, Centro, Pinhais/PR, CEP 83.323-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.584.489/0001-66, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de especializada na prestação dos serviços de hospedagem de Servidor Virtual Privado (VPS) a fim de hospedar em ambiente terceirizado a aplicação **POTIGIS**, sistema de gerorreferenciamento da rede de gasodutos da **POTIGÁS**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:

2.1 - A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do **Pregão Eletrônico - PE nº 012/2021**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento dos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024, na conta: **"PO 2021/2022/2023/2024 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.9.19"**.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **30 (trinta) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 2 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços, sobre as quantidades dos serviços que forem efetivamente executados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

5.1.2 - O valor mensal a ser pago pela realização dos serviços objeto do presente **CONTRATO** será de **R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais)**, estando incluídos neste valor todos os encargos e tributos incidentes sobre a prestação dos referidos serviços.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

5.4 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos serviços serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas.

7.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente ao presente **CONTRATO** e aos seus anexos.

7.2.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos supramencionados serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, por seu representante credenciado junto à **CONTRATADA**.

7.2.2 - A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, seja Representante Legal ou quaisquer outros.

7.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

7.4 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 3 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.5 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados nos documentos anexado a este instrumento contratual.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 4 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

10.4 - Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

10.4.1 - A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao **CONTRATO** em questão, ressalvados os requerimentos já protocolizados perante a administração e pendentes de análise, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no contrato ora aditado, em juízo ou fora dele.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;

ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;

iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;

iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 6 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 7 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (Anexo I deste **CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 8 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)** da POTIGÁS, na **Lei Federal nº 13.303/2016**, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS:

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU



CONTRATO Nº 5-087-21

Página 9 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 25 de outubro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico e Comercial

PELA CONTRATADA:

Luis Francisco Guevara Perdomo
Responsável Legal
CPF/MF: 052.222.239-06

TESTEMUNHAS:

1ª - **Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**
CPF/MF: 595.822.274-00

2ª - **Hugo César da Rocha Ribeiro**
CPF/MF: 070.767.334-80

PELA FISCALIZAÇÃO:

Fábio Ronaldo Barbosa Vilar de Queiroz
Gerente de Tecnologia da Informação
Gestor do **CONTRATO**

Maxwell Souza Correia
Técnico de Suporte em Informática
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**

Iericê Duarte Cabral Filho
Técnico de Suporte em Informática
Segundo Fiscal do **CONTRATO**

**CONTRATO Nº 5-087-21**

Página 10 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE CONTA CORRENTE DA CONTRATADA**À COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**

Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505).

Pelo presente, autorizamos que os créditos em meu favor, na qualidade de fornecedor dessa Companhia, sejam efetuados em minha conta corrente, de acordo com os dados abaixo mencionados.

Razão Social: UNICORN TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI			
Nome Fantasia: UNICORN			
CNPJ: 21.584.489/0001-66			
Endereço: Avenida Camilo Di Lellis, 392 - Loja 24 – Centro			
Cidade: Pinhais	Estado: PR	CEP: 83.323-000	
Telefone (DDD): (41) 3095-0535	Fax:	Caixa Postal:	
Inscrição Estadual: 90827107-68	Inscrição Municipal: 71627		
E-mail: joao.batista@unicorntecnologia.com.br			
<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Comércio	<input checked="" type="checkbox"/> Prestador de Serviços	<input type="checkbox"/> Órgãos/Entidades
Tipo de Sociedade:			
<input type="checkbox"/> Órgão Federal <input type="checkbox"/> Economia Mista <input type="checkbox"/> S.A. <input type="checkbox"/> LTDA <input checked="" type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> MEI			
Descrição do Objeto Contratado: prestação dos serviços de especializada na prestação dos serviços de hospedagem de Servidor Virtual Privado (VPS) a fim de hospedar em ambiente terceirizado a aplicação POTIGIS, sistema de gerorreferenciamento da rede de gasodutos da POTIGÁS			

Preencha a conta corrente referente ao mesmo **CNPJ e Razão Social OU Nome e CPF** informados acima.

A conta corrente para Pessoa Jurídica deve corresponder ao CNPJ e para Pessoa Física ao CPF.

Informações bancárias incorretas acarretarão a devolução do pagamento pelo Banco.

Banco Nº: 341 - ITAÚ	Incluir nº do Banco conforme cadastro no Banco Central.
Agência Nº: 0615 DV:	Incluir nº da Agência e nº do dígito verificador, quando houver.
Conta Corrente Nº: 20.950 DV: 9	Incluir nº da Agência e nº do dígito verificador.

Saliento que toda informação contida neste formulário é de nossa inteira responsabilidade.


Luis Francisco Guevara Perdomo

Responsável Legal


CPF/MF: 052.222.239-06

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 1 de 16

Identificação**TR 18.18****OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS****ÍNDICE DE REVISÕES**

Revisão	Item		Alteração					
	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	17/09/2020	30/04/2021						
Elaboração	VDPG	FRBVQ						
Verificação	JADR							
Aprovação	JADR							

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 2 de 16	Identificação TR 18.18
	OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS	

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de hospedagem de Servidor Virtual Privado (VPS) a fim de hospedar em ambiente terceirizado a aplicação POTIGIS, sistema de gerorreferenciamento da rede de gasodutos da POTIGÁS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de BENS E SERVIÇOS COMUNS, de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 20.103/2007 e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade PREGÃO.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2025, na conta: **PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.9.19.**

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas; **(LEGISLAÇÃO DO PREGÃO)** - Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, onde a execução do objeto se dará por preço certo e total, e cujo desembolso se dará em **parcelas mensais de igual valor**, pelo período de vigência do contrato.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o preço unitário de referência.


6 - DOS QUANTITATIVOS

6.1 - Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT.
1	Serviços de hospedagem VPS do servidor do GIS	MESES	30

7 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 3 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

7.1 - Breve detalhamento da aplicação que será hospedada no Servidor Virtual Privado (VPS):

7.1.1 - A plataforma a ser hospedada é o software Geogás adquirido pela POTIGÁS na quantidade e modalidade de 20 usuários simultâneos. Juntamente com a licença do software Geogás estão licenciados o banco de dados Oracle Enterprise com a opção Spatial and Graphs e Oracle Weblogic Standard, todas elas acompanhando a quantidade e a modalidade da licença do Geogás.

7.1.2 - Ao Projeto de Sistema de Informações Georreferenciadas da POTIGÁS é dado o nome de "POTIGIS" e foi desenvolvido pela empresa GEMPI – Gestão Empresarial e Informática LTDA.

7.2 - Escopo: O objetivo desta proposta é o fornecimento de hospedagem de um Servidor Virtual Privado (VPS) no ambiente de infraestrutura mantido direta ou indiretamente pela CONTRATADA.

7.3 - Fornecedor: Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA um servidor virtual em nuvem, dedicado, com permissão de acesso pela POTIGÁS ao seu Sistema Operacional em nível de superusuário e com a seguinte configuração (ou superior):

- Oracle Linux 7.9 ou 8.3
- 4 x vCPU
- Memória 48GB
- Disco de 500GB
- IP fixo (IPv4)
- Link de 10 Mbps
- Disponibilidade de 99.90%

7.4 - Período de prestação do serviço: O serviço será prestado de modalidade 24x7 (24 horas por dia, os 7 dias da semana).

7.5 – Suporte: atendimento 8/5 (8 horas por dia, 5 dias por semana, em dias úteis e em horário comercial local), por e-mail, sistema de tickets ou chat, em Português, com tempo máximo de 8 horas para o 1º atendimento.

7.6 - Outras informações e exigências:


- Não está previsto nessa proposta a necessidade de locomoção dos membros da equipe da CONTRATADA a outros locais;
- Não estão contemplados requisitos adicionais no escopo de serviços, tais como espaço para backup, snapshot, antivírus, licenças de *softwares* ou sistemas, registro de domínio, caixas de e-mail, SSL ou qualquer outro serviço complementar de gerenciamento ou monitoramento;
- Trata-se de serviço de uso continuado que será mantido de maneira contínua durante toda a vigência do contrato;
- A instalação da aplicação no servidor e o seu gerenciamento e monitoramento correrá por conta da POTIGÁS.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no presente Termo de Referência e daquelas constantes no Contrato:

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.



 <p>POTIGAS</p>	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 4 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.

8.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do Contrato e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do Contrato, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do presente Termo de Referência.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

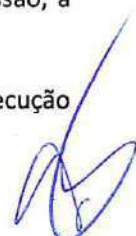
8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.


8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no presente Termo de Referência, no Contrato e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 5 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao Contrato, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do presente Termo de Referência, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como enviar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no presente Termo de Referência.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do presente Termo de Referência.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontrados pela **CONTRATADA** no presente Termo de Referência, no Contrato ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.


8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Contrato e em seus anexos.

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente Termo de Referência.

8.1.27 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.27.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 6 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
	<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>	

8.1.28 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.29 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, quando previsto no escopo de atividades ou para prestação de serviços de suporte, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.30 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho, quando houver necessidade de atividade presencial nas dependências da **CONTRATANTE**.

8.1.31 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.32 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**, devendo responder dentro de **3 (três) dias úteis** a todas as correspondências emitidas pela **POTIGÁS**, que tenham sido direcionadas ao preposto da **CONTRATADA**, prestando todos os esclarecimentos solicitados relativos, exclusivamente, às questões administrativas e financeiras relacionadas ao objeto do Contrato.

8.1.33 - Manter preposto, representante específico e devidamente credenciado, para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do Contrato perante a **CONTRATANTE**, cuja indicação deverá ser formalizada nos autos do Contrato, estando sujeita à aprovação pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no Contrato e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I do Contrato**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente Termo de Referência, no Contrato e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.


8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, e comunicando à **CONTRATADA** das ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do Contrato e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 7 de 16	Identificação TR 18.18
	OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS	

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando necessário à execução de atividade que esteja prevista no escopo dos serviços contratados.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o presente instrumento, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do Contrato.

9.1.3 - Os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, referentes à prestação dos serviços, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.


9.1.4 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.4.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.4.2 - O número do respectivo Contrato, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 8 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no Contrato, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

9.3 - A **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste Termo de Referência, no Contrato e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, que exijam medidas corretivas, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do Contrato, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.


9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e os preços unitários constantes no Contrato.

9.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

9.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento do Contrato;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;

	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 9 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do Contrato será de **30 (trinta) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 - O preço consignado no Contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base na variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do Contrato.

11.5 - O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.


11.8 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10 - O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 10 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no Contrato e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

- I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato; e
- IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da FISCALIZAÇÃO, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do Contrato:


a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do Contrato, por dia de atraso no cumprimento de exigência da FISCALIZAÇÃO, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do Contrato;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do Contrato, por dia de atraso no cumprimento de exigência da FISCALIZAÇÃO, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do Contrato.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do Contrato em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 11 de 16	Identificação TR 18.18
	OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS	

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o Contrato, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.


12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 12 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no Contrato, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DOS PAPÉIS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato. Logo, a **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização, de forma direta ou por intermédio de empregados designados especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeados pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas e mau funcionamento ou indisponibilidade da solução contratada. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no Contrato.


13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da **FISCALIZAÇÃO** não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A **FISCALIZAÇÃO** poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, no Contrato e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - A **FISCALIZAÇÃO** deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 13 de 16</p>	<p align="center">Identificação TR 18.18</p>
<p align="center">OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS</p>		

13.10 - A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a FISCALIZAÇÃO julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da FISCALIZAÇÃO do Contrato, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12 - A solução de *software*, objeto do Contrato, entregue pela **CONTRATADA**, deverá ser conferida pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com o Contrato e com a respectiva Nota Fiscal.

13.13 - À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do Contrato.

13.14 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da FISCALIZAÇÃO, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do Contrato serão designados por Portaria, conforme competências descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do RILC da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

14 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A medição dos serviços contratados será realizada anualmente de acordo com os quantitativos e valores contratados e conforme diretrizes contidas no Contrato e em seus anexos.

14.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

15 - MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao Contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1.1 - A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do Contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:


Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Responsabilidade
Aumento do custo e das despesas necessárias a realização dos serviços contratados,	Elevação de preços de insumos inerentes ao contrato, acima da inflação, medida pelos indicadores oficiais	2	1	3	Ajustar os preços de aluguéis, taxas, serviços adicionais e insumos prevendo todo o	CONTRATADA

OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS

além dos níveis inflacionários					período contratual	
Força maior, caso fortuito, fato do príncipe	A capacidade de cumprir contrato é afetada em razão de evento de natureza imprevista	2	2	4	O parceiro privado deverá estabelecer fundo de reserva/fazer seguro contra tais eventos; a Administração deverá estabelecer contingência para a prestação de serviço alternativo; Cláusula contratual prevendo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	COMPARTILHADO
Fato da Administração	Decisão da Administração que altera as características do serviço	2	1	3	Planejamento cuidadoso da demanda e dos projetos de implantação e desenvolvimento ; Fiscalização contínua	CONTRATANTE

SEVERIDADE PROBABILIDADE			
	BAIXA (1)	MÉDIA (2)	ALTA (3)
Baixa (1)	Risco trivial (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)
Média (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)
Alta (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)	Risco intolerável (6)

NÍVEL DE RISCO	AÇÃO
Trivial / Importância 2	Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável.
Tolerável / Importância 3	Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Moderado / Importância 4	Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 15 de 16	Identificação TR 18.18
	OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS	

	Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Substancial / Importância 5	Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Intolerável / Importância 6	Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Não será exigida da CONTRATADA a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
QUALIFICAÇÃO JURÍDICA: I - Cédula de identidade oficial, Cartão PIS/PASEP e Comprovante de residência, no caso de pessoa física; II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária; III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor; IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor; V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício. § 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. § 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 16 de 16

Identificação**TR 18.18****OBJETO: HOSPEDAGEM VPS DO SERVIDOR DO GIS**

II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;

VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);

VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

Natal/RN, 30 de abril de 2021.

Elaboração:

FÁBIO RONALDO B. V. DE QUEIROZ

Gerente de Tec. da Informação

Matrícula 040204

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-040-21 / PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 012/2021

CONTRATO Nº5-087-21

CONTRATADA: UNICORN TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

CNPJ: 21.584.489/0001-66

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR TOTAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	Serviços de hospedagem VPS do servidor do GIS	MÊS	30	R\$ 1.300,00	R\$ 39.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):				R\$	39.000,00

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5-088-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA ESTAÇÃO TOPOGRAFIA E PROJETOS EIRELI.

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **ESTAÇÃO TOPOGRAFIA E PROJETOS EIRELI**, com Sede na Rua Minas Novas, 225, AP 204 - BLOCO F, Neópolis, Natal/RN, CEP 59. 088-725, inscrita no CNPJ sob o nº 27.876.591/0001-11, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de levantamento topográfico de diretriz de tubulação para subsidiar projetos executivos da rede da POTIGÁS, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso I do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação para contratação de serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCS nº 3-065-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: “ **PO 2022/2023 - MELHORIA - Suporte – Topografia - Item 1.4.2.6**”.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, não podendo este prazo ser prorrogado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$ 51.560,00 (cinquenta e um mil e quinhentos e sessenta reais)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.



CONTRATO Nº 5-088-21

Página 2 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços, sobre as quantidades dos serviços que forem efetivamente executados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

5.4 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos serviços serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas.

7.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente ao presente **CONTRATO** e aos seus anexos.

7.2.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos supramencionados serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, por seu representante credenciado junto à **CONTRATADA**.

7.2.2 - A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, seja Representante Legal ou quaisquer outros.

7.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

7.4 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

7.5 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados nos documentos anexado a este instrumento contratual.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**) e no Anexo Critério de Medição dos Serviços.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.



Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

10.4 - Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

10.4.1 - A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao **CONTRATO** em questão, ressalvados os requerimentos já protocolizados perante a administração e pendentes de análise, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no contrato ora aditado, em juízo ou fora dele.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

- i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;
- ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;
- iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;
- iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

- XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.



CONTRATO Nº 5-088-21

Página 6 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Projeto Básico (Anexo I deste **CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.



CONTRATO Nº 5-088-21

Página 8 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor. **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS**

Leis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)** da POTIGÁS, na Lei Federal nº 13.303/2016, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS:

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU


21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.


Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 24 de setembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

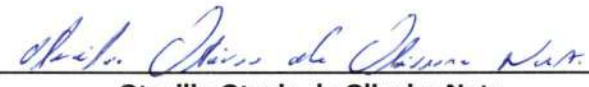


Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente




Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico e Comercial

PELA CONTRATADA:



Otacilio Otavio de Oliveira Neto
Responsável Legal
CPF/MF: 010.424.894-75

TESTEMUNHAS:


1ª - 

Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00


2ª - 

Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80

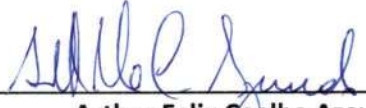
PELA FISCALIZAÇÃO:




José Augusto Dantas de Rezende
Gerente Técnico
Gestor do **CONTRATO**



Antônio José da Costa
Fiscal do **CONTRATO**



Arthur Felix Coelho Azevedo
Fiscal do **CONTRATO**



Deyvison Cordeiro de Mendonça
Fiscal do **CONTRATO**



CONTRATO Nº 5-088-21

Página 10 de 10

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS

Luís Gustavo Alves Smith

Assessor Jurídico

Fernando Sérgio Bezerra
Fiscal do CONTRATO

Vinicius Dutra Gomes Pinheiro
Fiscal do CONTRATO

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA DIRETRIZES DE GASODUTOS	50.000	M	0,90	45.000,00
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DA EQUIPE NA CIDADE DE MOSSORÓ	8	VB	120,00	960,00
3	DIÁRIA DA EQUIPE EM MOSSORÓ	80	DIA	70,00	5.600,00
VALOR TOTAL (R\$)				R\$	51.560,00


**PROJETO BÁSICO**

Página 1 de 19

Identificação**PB 04.31****OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL****ÍNDICE DE REVISÕES**

Revisão	Item		Alteração					
0								
A								
B								
	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	07.07.21	21.09.21						
Elaboração	AFCA	AFCA						
Verificação	JADR	JADR						
Aprovação	JADR	JADR						

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

	PROJETO BÁSICO Página 2 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Projeto Básico tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO de diretriz de tubulação para subsidiar projetos executivos da rede da POTIGÁS no Estado do RN, conforme especificações e quantitativos constantes neste documento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: " **PO 2022 e 2023 – MELHORIA - Suporte – Topografia - Item 1.4.2.6**".

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme **art. 42, inciso I, da Lei nº 13.303/2016**

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6 – DOS LOTES CONTRATADOS

6.1 – Todos os serviços serão contratados por intermédio de um só lote para os serviços a serem executados em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

7 - DO MEMORIAL DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS

7.1 - De acordo com o plano orçamentário elaborado para o período 2021 a 2025, devemos realizar o levantamento topográfico para projetos executivos de todas as redes e extensões contempladas neste plano, conforme abaixo:



OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL

Item	2021	2022	2023	2024	2025
1 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO	3.841.896	6.968.781	8.858.072	21.625.699	10.024.233
1.1 - EXPANSÃO / INFRAESTRUTURA	2.557.461	5.873.908	7.140.886	19.110.758	5.507.393
1.1.1 - AÇO	-	-	-	5.875.350	-
1.1.1.1 - Gasoduto Biogás-Aterro Sanitário	-	-	-	5.875.350	-
Expansão Gasoduto Biogás-Aterro Sanitário - Rede em metro	-	-	-	11.500,0	-
Expansão Gasoduto Biogás-Aterro Sanitário - Serviço	-	-	-	4.769.050	-
Materiais e equipamentos	-	-	-	1.106.300	-
Expansão Gasoduto Biogás-Aterro Sanitário - Material	-	-	-	1.106.300	-
1.1.2 - PEAD	2.557.461	5.873.908	7.140.886	13.235.408	5.507.393
1.1.2.1 - Redes Grande Natal	2.149.474	4.014.574	4.956.485	3.111.234	5.507.393
Expansão Grande Natal - Rede em metros	10.880,0	19.255,0	19.660,0	12.830,0	18.378,0
Expansão Grande Natal - Serviço	1.853.040	3.507.853	4.189.256	2.473.147	4.405.914
Materiais e equipamentos	296.435	506.721	767.229	638.087	1.101.479
Expansão Grande Natal - Material	296.435	506.721	767.229	638.087	1.101.479
1.1.2.2 - Redes Mossoró	407.987	-	647.220	-	-
Expansão Mossoró - Rede em metros	1.961,0	-	3.030,0	-	-
Expansão Mossoró - Serviço	336.798	-	572.760	-	-
Materiais e equipamentos	71.188	-	74.460	-	-
Expansão Mossoró - Material	71.188	-	74.460	-	-
1.1.2.3 - Redes Pipa	-	1.859.335	1.537.180	10.124.174	-
Expansão Pipa - Rede em metros	-	6.829,6	5.777,5	36.300,0	-
Expansão Pipa - Serviço	-	1.495.335	1.231.180	8.195.754	-
Materiais e equipamentos	-	364.000	306.000	1.928.420	-
Expansão Pipa - Material	-	364.000	306.000	1.928.420	-
1.2 - SATURAÇÃO /ADENSAMENTO	792.000	950.400	1.353.000	1.623.600	1.683.000
1.2.1 - PEAD	792.000	950.400	1.353.000	1.623.600	1.683.000
1.2.1.1 - Interligações - Grande Natal	594.000	712.800	858.000	1.056.000	1.056.000
Interligações Grande Natal - Rede em metros	900,0	1.080,0	1.300,0	1.600,0	1.600,0
Interligações Grande Natal - Serviço	405.000	486.000	585.000	720.000	720.000
Materiais e equipamentos	189.000	226.800	273.000	336.000	336.000
Interligações Grande Natal - Material	189.000	226.800	273.000	336.000	336.000
1.2.1.2 - Interligações - Mossoró	198.000	237.600	297.000	330.000	330.000
Interligações Mossoró - Rede em metros	300,0	360,0	450,0	500,0	500,0
Interligações Mossoró - Serviço	135.000	162.000	202.500	225.000	225.000
Materiais e equipamentos	63.000	75.600	94.500	105.000	105.000
Interligações Mossoró - Material	63.000	75.600	94.500	105.000	105.000
1.2.1.3 - Interligações - Pipa/Tibau do Sul	-	-	198.000	237.600	297.000
Interligações Pipa/Tibau do Sul - Rede em metros	-	-	300,0	360,0	450,0
Interligações Pipa/Tibau do Sul - Serviço	-	-	135.000	162.000	202.500
Materiais e equipamentos	-	-	63.000	75.600	94.500
Interligações Pipa/Tibau do Sul - Material	-	-	63.000	75.600	94.500

Tabela 1 – Expansão de Rede física (em metros) e financeira (em reais)

7.2 - Do total apresentado acima, precisamos excluir os levantamentos do ano de 2021, que já foram executados com o contrato em vigor, e devemos excluir ainda o levantamento do gasoduto de PIPA (trecho Goianinha-Pipa) cujo levantamento também já foi realizado. Deste modo, o quantitativo de rede demandado, excluindo-se estas considerações, pode ser resumido conforme abaixo:



**PROJETO BÁSICO**

Página 4 de 19

Identificação**PB 04.31****OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL**

Item	2022	2023	x
Expansão Grande Natal - Rede em metros	19.255,0	19.660,0	x
Expansão Mossoró - Rede em metros	-	3.030,0	x
Interligações Grande Natal - Rede em metros	1.080,0	1.300,0	x
Interligações Mossoró - Rede em metros	360,0	450,0	x
TOTAL	20.695,00	24.440,00	45.135,00

Tabela 2 – Expansão de Rede em metros.

7

7.3 - As quantidades acima estão previstas para atender o PPA da companhia para os anos de 2022 e 2023, após as exclusões citadas anteriormente, num total de 45.125m. Considerando uma folga de 10% para o atendimento a projetos eventuais que surjam, estamos propondo um contrato com o escopo de realização de 50.000m de levantamentos topográficos para projetos de expansão e interligação de clientes.

7.4 - Preços unitários e orçamento conformr Anexo 06 – Orçamento Básico

8 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**8.1 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Anexo 01 – Especificação Técnica
Anexo 02- Planilha de Preços Unitários – PPU
Anexo 03 – Diretrizes de SMS
Anexo 04 – Instrução para emissão de documentos de cobrança
Anexo 05 – Critérios de Medição
Anexo 06 – Orçamento Básico - SIGILOSO
Anexo 07 – Modelo de Composição do BDI
Anexo 08 – Modelo de Composição dos Encargos Sociais
Anexo 09 – Cronograma Físico Financeiro - SIGILOSO

8.2 - REQUISITOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

8.2.1 – Conforme Anexo 03 – Diretrizes de SMS.


9 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo I do CONTRATO**):

9.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

9.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

9.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

	PROJETO BÁSICO Página 5 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

9.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.

9.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

9.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

9.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do presente **CONTRATO**.

9.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

9.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

9.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.

9.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

9.1.13 - Cumprir as determinações contidas no presente **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.


9.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

9.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

9.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

9.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao presente **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

	PROJETO BÁSICO Página 6 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

9.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do presente **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envia esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

9.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

9.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no presente **CONTRATO**.

9.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

9.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontrados pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

9.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

9.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

9.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente **CONTRATO**.

9.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

9.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.


9.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

9.1.29 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

9.1.30 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.






	PROJETO BÁSICO Página 7 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

9.1.31 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

9.1.32 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

9.1.33 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

9.1.34 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

9.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo I do CONTRATO**):

9.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

9.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

9.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

9.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

9.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

9.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.


9.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

9.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

9.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o presente **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

9.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

	PROJETO BÁSICO Página 8 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

9.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

10.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

10.1.1 – Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

10.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

10.1.3 - Os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

10.1.3.1 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:


10.1.3.1.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

10.1.3.1.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição.

10.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

10.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas neste **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da

	PROJETO BÁSICO Página 9 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

CONTRATADA, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

10.3 - À **CONTRATANTE** é reservado o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

10.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

10.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,20% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

10.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

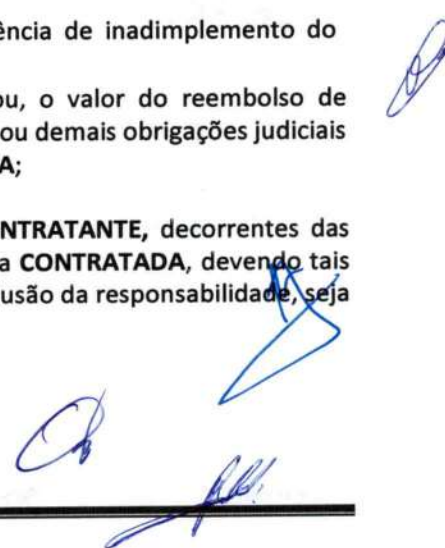
10.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do **CONTRATO**.


10.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

10.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento do **CONTRATO**;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

11 - DA VIGÊNCIA



	PROJETO BÁSICO Página 10 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

11.1 - A vigência do(s) **CONTRATO(s)** será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, **NÃO PODENDO ESTE PRAZO SER PRORROGADO**.

12 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

12.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data limite para a apresentação da proposta. Somente após esse período é que haverá reajuste, para mais ou para menos, em função da variação dos elementos que compõem a fórmula de reajustamento abaixo:

$$PCR = PCI \{0,60(INPC/INPCo) + 0,40(INCC-DI/INCCo-DI)\}$$

Onde:

PCR = Preço contratual reajustado;

PCI = Preço contratual inicial;

INPC = valor definitivo do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês em que for devido o reajustamento;

INPCo = valor definitivo deste mesmo índice correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês da proposta da CONTRATADA;

NOTA: A variação do índice "INPC", na fórmula de reajustamento, representará a variação da parcela do preço relativa a mão-de-obra, não cabendo, portanto, nenhuma reivindicação de revisão de preços por conta de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, eventualmente ocorridos a partir da apresentação da proposta e durante a vigência do Contrato.

INCC-DI = valor definitivo do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês em que for devido o reajustamento;

INCCo-DI = valor definitivo deste mesmo índice correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês da proposta da CONTRATADA;

12.2 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de 12 (doze) meses, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

12.3 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


13.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e




	PROJETO BÁSICO Página 11 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

IV. SUSPENSÃO do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

13.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

13.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 13.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

13.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

13.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

13.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.


13.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

13.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

13.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.




	PROJETO BÁSICO Página 12 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

13.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 13.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

13.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

13.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.


13.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

13.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

13.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções** do **RILC da POTIGÁS**.





	PROJETO BÁSICO Página 13 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

14 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os citados serviços, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

14.2 - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante no local da execução dos serviços, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**.

14.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

14.4 - Quaisquer exigências da Fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

14.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

14.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

14.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas neste **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.


14.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.9 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

14.10 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

14.11 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes neste documento, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

14.12 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas

	<p align="center">PROJETO BÁSICO Página 14 de 19</p>	<p align="center">Identificação PB 04.31</p>
<p>OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL</p>		

ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

14.13 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

14.14 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados neste documento, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente instrumento contratual, no CAPÍTULO VIII do RILC da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

15 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A medição dos serviços contratados será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, apurados pela FISCALIZAÇÃO do respectivo **CONTRATO**, conforme diretrizes contidas no **CONTRATO** e seus anexos.

15.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

16 - DA MATRIZ DE RISCOS

16.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao **CONTRATO** vinculado a este Projeto Básico os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo **CONTRATO**, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

16.1.1 - A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do **CONTRATO**, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:


Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Resp. da CONTRATADA	Resp. do CONTRATANTE
Aumento no custo da mão de obra	Reajustes salariais para recomposição da inflação; Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) para a categoria	1	3	4	Acompanhar a política de reajuste salarial publicada pelo governo e o ACT da categoria		X
Aumento no custo de materiais	Reajustes de preços de fornecedores materiais e equipamentos	1	2	3	Acompanhar a flutuação de preços praticados por fornecedores	X	
Custos por ações judiciais movidas por terceiros	Ações judiciais movidas por terceiros por questões trabalhistas, previdenciárias e outras	2	1	3	Manter-se adequado às normas que regem as atividades trabalhistas, previdenciárias	X	

**PROJETO BÁSICO**

Página 15 de 19

Identificação**PB 04.31****OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL**

					as, civis e outras		
Paralisação injustificada do serviço	Não atendimento aos padrões e normas que regem o setor	3	1	4	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Aplicação de sanções por órgãos de fiscalização	Não observação de normas e procedimentos, que implique sanções por órgãos de fiscalização	2	1	3	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Atraso no pagamento do Boletim de Medição	Ausência de fiscal substituto; Problemas no fluxo de caixa da POTIGÁS	2	2	4	Nomear o fiscal substituto, gerente do contrato e acompanhar o fluxo de caixa		X
Acidente de trabalho pela equipe de execução	Não observação de normas e procedimentos de segurança	2	3	5	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Acidente com danos materiais a terceiros	Não observação de normas e procedimentos	2	2	4	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Atraso para atendimento aos clientes	Falta ou falha na programação do planejamento de atendimento aos chamados dos clientes	3	3	6	Manter atualizados o planejamento dos atendimentos em conjunto com a Fiscalização do contrato	X	
Falta de matérias e insumos	Falta ou falha no planejamento de estoques	1	2	3	Manter atualizado o planejamento da execução dos ramais de interligação x estoque em conjunto com a Fiscalização do contrato	X	

	PROJETO BÁSICO Página 16 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

Aumento do custo por retrabalho	Falha de equipamentos, material ou inobservância de procedimentos	1	3	4	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
---------------------------------	---	---	---	---	---	---	--

SEVERIDADE / PROBABILIDADE	BAIXA (1)	MÉDIA (2)	ALTA (3)
Baixa (1)	Risco trivial (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)
Média (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)
Alta (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)	Risco intolerável (6)

NÍVEL DE RISCO	AÇÃO
Trivial / Importância 2	Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável.
Tolerável / Importância 3	Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Moderado / Importância 4	Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Substancial / Importância 5	Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Intolerável / Importância 6	Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.


17 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

17.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor valor negociado, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

17.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

18 - DA GARANTIA CONTRATUAL



	PROJETO BÁSICO Página 17 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

18.1 - A **CONTRATADA**, de acordo com o disposto no art. 70 da Lei Federal nº13.303/2016 e no RILC da **POTIGÁS**, **ESTARÁ DISPENSADA** de prestar garantia contratual.

19 – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

19.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

A Empresa **CONTRATANTE** deverá comprovar quando da licitação os seguintes requisitos:


- a) Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede do **CONTRATANTE**;
 a.1 No documento acima, deverá estar identificada a sua competência para o exercício de atividades compatível com a atividade a ser desempenhada
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnico-operacional de execução de serviços de levantamento topográfico para diretriz e perfil de redes de gás, água, esgoto ou outra rede de facilidades enterrada, similares ao objeto da contratação emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços similares em características, quantidades e prazos ao objeto desta licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA da jurisdição em que foi realizado o serviço;

NOTA: No caso de o **CONTRATANTE** ter a sua sede fora do Estado do Rio Grande do Norte, deverá providenciar também, após assinatura do contrato, o registro de inscrição no CREA/RN e cumprir demais formalidades que este órgão solicitar, sem as quais a **POTIGÁS** não autorizará o **CONTRATADO** executar quaisquer serviços.

- c) Comprovação de capacidade técnico-profissional mediante indicação que o **CONTRATANTE** possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em engenharia mecânica, qualificado e habilitado, devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de atestado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de execução de serviços de levantamento topográfico para diretriz e perfil de redes de gás, água, esgoto ou outra rede de facilidades enterrada, similares ao objeto da contratação em características, quantidades e prazos, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA da jurisdição em que foi realizado o serviço;

NOTA: Este (s) atestado (s) deverá (ao) ser emitido (s) em papel timbrado, assinados pelo representante (s) legal (ais) da (s) empresa (s) declarante (s), ou por quem detenha poderes através de procuração para representá-lo. A **POTIGÁS** poderá diligenciar para confirmar a autenticidade da declaração e a qualidade de representante legal do signatário.

- d) O profissional, cujo acervo técnico será apresentado pela empresa, deverá pertencer ao seu quadro permanente, ou seja: empregado (com cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrado na SRT ou, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social), sócio (com cópia do contrato social devidamente registrado no órgão competente CREA), diretor (com cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima) ou profissional mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços com o **CONTRATANTE**. Tal profissional deverá ser o responsável técnico do contrato, junto ao CREA. Para manutenção das condições de habilitação, esse profissional deverá permanecer na empresa durante a execução de todo o objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por outro profissional de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela **POTIGÁS**;

	PROJETO BÁSICO Página 18 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

e) No caso de dois ou mais CONTRATANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

19.2 - DA VISITA TÉCNICA

19.2.1 - A **VISITA TÉCNICA é FACULTATIVA** e a CONTRATANTE poderá realizá-la no local onde serão prestados os serviços objeto deste documento, até 3 (TRÊS) dias úteis antes da data de abertura das propostas, devendo ser agendadas junto a Gerência solicitante da **CONTRATANTE**, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), por intermédio do telefone (84) 3204-8500, nos dias úteis, de 8:30 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.

19.2.2 - A **VISITA TÉCNICA** representará a oportunidade para as CONTRATANTES interessadas conhecerem as características, especificações, condições especiais e/ou dificuldades que possam interferir na execução dos serviços, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. **Assim sendo, a CONTRATANTE que venha a ser CONTRATADA, caso não tenha realizado a referida VISITA TÉCNICA, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.**

19.2.2.1 - A CONTRATANTE, que não realizar a **VISITA TÉCNICA**, não poderá alegar o desconhecimento de dificuldades, características ou obstáculos para a realização dos serviços, como justificativa para acréscimos de preços e prazos.

19.2.3 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal da CONTRATANTE, admitida a delegação por procuração.

19.2.3.1 - O Responsável Técnico ou Representante Legal da empresa interessada deverá apresentar-se munido de documento de identificação, bem como documento que comprove possuir poderes para representá-la.

20 - DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO BÁSICO

20.1 - Nos termos do art. 34 da Lei 13.303/2016, que estabelece que "o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificção na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas". Entendemos que neste caso, por ser serviço já bastante usual e contratado pela Potigás inúmeras vezes, sendo de conhecimento do mercado a forma de sua prestação, o orçamento pode ser SIGILOSO.

21 - DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA


21.1 Declaramos que o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, nos termos do inciso VIII do artigo 3º do Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade, usualmente encontradas no mercado, bem como considerando que o orçamento foi feito com base em preços de referência do mercado, consideramos que as especificações dos serviços e o orçamento dos mesmos são usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade PREGÃO.

22 - DOS ANEXOS

22.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente PROJETO BÁSICO, assim enumerados:

Anexo 01 – Especificação Técnica



	PROJETO BÁSICO Página 19 de 19	Identificação PB 04.31
	OBJETO: SERVIÇOS DE LAVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIRETRIZ E PERFIL	

Anexo 02- Planilha de Preços Unitários – PPU
Anexo 03 – Diretrizes de SMS
Anexo 04 – Instrução para emissão de documentos de cobrança
Anexo 05 – Critérios de Medição
Anexo 06 – Orçamento Básico - SIGILOSO
Anexo 07 – Modelo de Composição do BDI
Anexo 08 – Modelo de Composição dos Encargos Sociais
Anexo 09 – Cronograma Físico Financeiro - SIGILOSO

Natal/RN, 08 de JULHO de 2021.

Elaboração:

Revisão:



Arthur Felix Coelho Azevedo
Engenheiro



José Augusto Dantas de Rezende
Gerente da GTEC

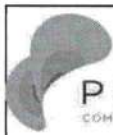


ÍNDICE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
0	ORIGINAL						
A	INCLUSÃO DA MARCAÇÃO EM CAMPO						
B	INCLUSÃO DO PRAZO DE 3 ANOS						
C	INCLUSÃO DOS INTENS DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO E DIÁRIAS NA CIDADE DE MOSSORÓ.						
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F
DATA	07.05.10	07.02.13	17/10/17	15/03/19			
EXECUÇÃO	JADR	JADR	AFCA	JADR			
VERIFICAÇÃO	JADR	JADR	JADR	JADR			
APROVAÇÃO	RRMM	JADR	JADR	JADR			





 <p>POTIGÁS COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</p>	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001 Página 2 de 11
---	--	--

1. OBJETIVO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para realização de levantamento topográfico de diretriz de tubulação para subsidiar projetos executivos da rede da POTIGÁS.

2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- 2.1. Os levantamentos topográficos a serem desenvolvidos devem respeitar a boa técnica da engenharia e devem obedecer rigorosamente às normas abaixo relacionadas, além das outras por elas referenciadas ou que venham a surgir e estejam relacionadas ao tema:
- NBR13133 - Execução de levantamento topográfico;
 - NBR15309 - Locação topográfica e acompanhamento dimensional de obra metroviária e assemelhada – Procedimento.
 - N-0047 - Levantamento topográfico;
 - N-0057 - Projeto Mecânico de Tubulação Industrial
 - N-1041 – Cadastramento de imóveis em levantamento topográfico-Cadastral

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 3.1. Caberá à CONTRATADA a realização dos seguintes serviços:

- 3.1.1. Levantamentos topográficos e planialtimétricos de:

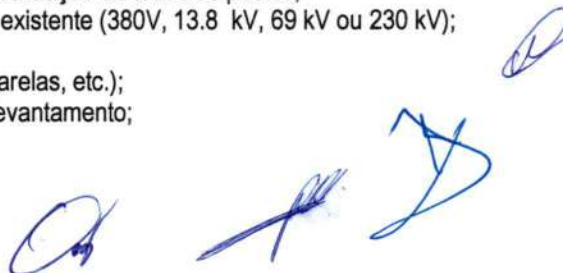
- Vias urbanas;
- Arruamentos;
- Estradas e rodovias;
- Zonas rurais.
- Terrenos rurais ou urbanos;


- 3.1.2. Antes da realização do levantamento, a empresa CONTRATADA obriga-se a fazer reuniões com a Fiscalização da POTIGÁS para definir qual o traçado do trecho a sofrer o levantamento. Poderá se fazer necessário, a critério exclusivo da POTIGÁS, a realização de uma visita de campo prévia com a apresentação da FISCALIZAÇÃO e da empresa CONTRATADA para que sejam dirimidas as dúvidas do projeto;

- 3.1.3. A CONTRATADA obriga-se a fazer o levantamento de qualquer trecho demandado, mesmo que os traçados sejam de tamanho inferior a 20m de extensão, como no caso de ramais de interligação de clientes;

- 3.1.4. Os levantamentos devem conter os seguintes detalhamentos:

- Geo-referenciamento com coordenadas geodésicas oficiais (GPS);
- Levantamento planialtimétrico;
- Arruamentos necessariamente com a informação do detalhamento de que tipo de pavimento são construídas;
- Calçadas necessariamente com a informação do detalhamento de que tipo de pavimento são construídas;
- Limites das edificações com o passeio público;
- Redes elétricas ou de TV a cabo aéreas com indicação da localização de todos os postes;
- Indicação da tensão elétrica da rede distribuição por ventura existente (380V, 13.8 kV, 69 kV ou 230 kV);
- Bocas de lobo e tampas de esgoto;
- Cruzamento com estruturas de obras de arte (viadutos, passarelas, etc.);
- Locação dos clientes solicitados a priori antes de iniciado o levantamento;
- Fotos digitais dos principais detalhes dos levantamentos.




 POTIGAS <small>COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</small>	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001 Página 3 de 11
--	--	--

- 3.1.5. O geo-referenciamento deve ter a seguinte precisão de posicionamento:
- 10,0 mm + 1,0 ppm (horizontal) e 20,0 mm + 1,0 ppm (vertical).
- 3.1.6. De modo a agilizar o processo de levantamento, o equipamento a ser utilizado no levantamento deve ser do tipo que permita o levantamento com as técnicas cinemática (stop and go) e RTK;
- 3.1.7. Após o levantamento de campo, será responsabilidade da CONTRATADA a geração da base de dados com todos os detalhamentos acima em uma planta com a ferramenta Autocad. Os arquivos em meio magnético deverão ser entregues e passarão a ser de propriedade da POTIGAS;
- 3.1.8. O Desenho do levantamento topográfico executado pela CONTRATADA deverá conter a diretriz projetada do gasoduto com estaqueamento de 20 em 20 m, além do perfil altimétrico;
- 3.1.9. Após o levantamento, a empresa CONTRATADA será responsável por fazer as marcações em marcador com tinta permanente dos Pontos de Indicação com todas as Estacas do levantamento realizado em campo;
- 3.1.10. A Contratada fará jus para a execução dos serviços na cidade de Mossoró da verba de mobilização e de desmobilização conforme sua PPU.
- 3.1.11. A Contratada fará jus para a execução dos serviços na cidade de Mossoró verba referente à diária da equipe na cidade de Mossoró, conforme preços propostos em sua PPU.
- 3.1.12. Antes da realização da mobilização, a contratada deverá apresentar à fiscalização seu histograma com o planejamento do total de dias de serviços em Mossoró a fim de que a fiscalização ateste que a quantidade de dias e, portanto, de diárias, corresponde à real necessidade do serviço. Não serão pagas diárias para os serviços cujo planejamento e aprovação prévia não tenham sido feitos pela fiscalização.
- 3.1.13. O valor da diária será pago por equipe em viagem por DATA DE PERNOITE NA CIDADE DE MOSSORÓ, considerando ainda as seguintes regras:
- Em caso de deslocamento saindo de Natal (ou região metropolitana) após o meio dia (12:00hs) e pernoitando em Mossoró – diária será paga pela metade (meia diária)
 - Em caso de deslocamento voltando de Mossoró antes do meio dia (12:00hs) e pernoitando em Natal ou na cidade de origem – diária será paga pela metade (meia diária)
 - Em caso de deslocamento saindo de Natal (ou região metropolitana) antes do meio dia (12:00hs) e pernoitando em Mossoró – diária será paga integral
 - Em caso de deslocamento saindo Mossoró após o meio dia (12:00hs) e pernoitando em Natal ou na cidade de origem – diária será paga integral
- 3.1.14. Não serão devidos os valores de mobilização/desmobilização e nem os custos de diárias para serviços a serem executados nas cidades da Grande Natal, Goianinha e em toda e qualquer cidade a 50km da cidade de Natal/RN.
- 3.2. O não cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no presente termo constitui-se em falta grave que pode ser punida conforme determinação da Lei 13.303/16 e suas alterações posteriores.






 <p>POTIGAS COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</p>	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001 Página 4 de 11
---	--	--

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Além das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA conforme Contrato constitui-se responsabilidade da CONTRATADA, os itens a seguir, cujos preços já estão incluídos nos preços estabelecidos no Contrato:
- 4.1.1. Todo o EPI necessário ao seu pessoal (botas, capacetes, luvas, óculos, uniforme, etc.);
- 4.1.2. Refeições fornecidas a seus funcionários;
- 4.1.3. Instrumentos – GPS, Estação Total, etc.;
- 4.1.4. Disponibilizar os recursos necessários a realização dos serviços objeto do Contrato, tais como:
- Móveis para escritório;
 - Linha telefônica fixa e móvel;
 - Computadores;
 - Internet Banda Larga;
 - Impressoras;
 - Câmeras digitais;
 - Fax;
 - Licença AUTOCAD atualizada.
- 4.1.5. Fornecimento de refeições, estadia e transporte a seus funcionários, obedecendo as normas da NR-24;
- 4.1.6. Arcar com todas as despesas administrativas, assim com telefone fixo no canteiro de obras e telefone celular com número local em Natal/RN (DDD 84) para os prepostos que sejam responsáveis pelas frentes de obras durante a execução dos serviços, inclusive o pagamento da fatura mensal das Concessionárias;
- 4.1.7. O transporte externo deverá ser feito em veículos apropriados e de forma segura, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação, podendo ser vistoriados pela FISCALIZAÇÃO da POTIGAS sempre que esta julgar conveniente, obrigando-se a CONTRATADA a atender às exigências relativas ao bom funcionamento e à segurança dos veículos.
- 4.1.8. Permitir à POTIGAS a inspeção dos equipamentos e ferramentas utilizados na execução dos serviços;
- 4.1.9. Responsabilizar-se tecnicamente junto ao CREA-RN, realizando o registro de todos serviços previamente, antes do início de sua execução;
- 4.1.10. Toda e qualquer situação de risco que em termos de segurança e meio ambiente, deverá ser comunicada imediatamente ao fiscal nomeado pela POTIGAS. Na finalização dos trabalhos, deverá ser entregue um relatório conclusivo com as recomendações pertinentes.
- 4.1.11. Todos os instrumentos de inspeção e teste devem ser aferidos e/ou calibrados em órgão de reconhecida capacidade e serem por ele atestados.
- 4.1.12. A CONTRATADA deve elaborar um plano de calibração e aferição de instrumentos e manter na obra um arquivo de controle.
- 4.1.13. Deverão ser entregues ao final do serviço os originais dos arquivos e documentos gerados, sendo fornecidos tanto uma versão impressa dos mesmos como em meio eletrônico, em formato original passível de alteração ou edição, ou seja, extensões: dgn, dwg, xls, ppt, doc, txt, etc;



ANEXO 01
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

E0000-ET-E04-518-001

Página 5 de 11

- 4.1.14. Não será aceita a emissão de arquivos em formatos que não permitam a edição, ou do tipo "apenas para leitura", como arquivos em meio magnético com a extensão pdf, por exemplo.
- 4.1.15. Toda e qualquer base de dados desenvolvida por intermédio deste projeto passará a ser de propriedade exclusiva da POTIGÁS, que terá o direito exclusivo de alterá-la, publicá-la ou editá-la conforme suas necessidades e interesses;
- 4.1.16. A empresa CONTRATADA, ao participar deste certame, se compromete a transferir todas as bases de dados e informações levantadas por intermédio deste projeto imediatamente após a sua conclusão para a POTIGÁS.
- 4.1.17. Fica desde já proibida a CONTRATADA de conservar consigo, ao final dos trabalhos, qualquer cópia de tais bases ou informações. Abster-se-á inclusive de divulgar ou fornecer a terceiros não autorizados expressamente pela POTIGÁS, através da gerência do contrato, toda e qualquer informação ou bases de dados levantadas por intermédio deste projeto;
- 4.1.18. A CONTRATADA só deverá executar os serviços após o recebimento da OS (Ordem de Serviço) devidamente assinada pelos responsáveis da POTIGÁS;
- 4.1.19. Solicitar formalmente à FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS a aprovação de sub-contratação de maquinário ou de serviços especializados. A POTIGÁS se reserva o direito de avaliar, segundo seus critérios exclusivos, as condições técnicas, econômicas e financeiras das candidatas a empresas sub-contratadas antes de autorizar formalmente o início de suas atividades;
- 4.1.20. A eventual desmobilização de empresa sub-contratada também deve ser informada formalmente à FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS;
- 4.1.21. Apresentar previamente à FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS a relação de todos os funcionários envolvidos na execução do contrato (próprios ou sub-contratados), bem como apresentar mensalmente toda e qualquer movimentação ocorrida no seu quadro de pessoal. Tais funcionários devem passar por processo de cadastramento junto à POTIGÁS que emitirá as credenciais para todos, de modo a permitir o início de sua atividade.
- 4.1.22. Nenhum profissional, seja da CONTRATADA, ou de empresa sub-contratada, poderá permanecer no canteiro ou nas frentes de obra sem o cadastro prévio junto à FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS e sua respectiva credencial.
- 4.1.23. Apresentar mensalmente à FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS a relação de seus funcionários e do cumprimento de suas obrigações trabalhistas e de seguridade social para com os mesmos. Se obriga ainda a apresentar a comprovação dos mesmos requisitos para todos os funcionários de empresas sub-contratadas, caso existam.
- 4.2. O não cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no presente termo constitui-se em falta grave que pode ser punida conforme determinação da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 4.3. O descumprimento de qualquer das obrigações aqui relacionadas, bem como daquelas específicas de cada Anexo, sujeita a CONTRATADA às aplicações de sanções contidas no contrato celebrado, bem como podem ensejar a suspensão dos pagamentos mensais devidos até a integral correção das irregularidades apontadas pela FISCALIZAÇÃO.

5. MODO DE EXECUÇÃO

- 5.1. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com os elementos básicos e demais dados fornecidos pela POTIGÁS, devendo a CONTRATADA, com base nesses elementos, formular planos de trabalho, dentro



ANEXO 01
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

E0000-ET-E04-518-001

Página 6 de 11

dos quais deverão ser prestados os seus serviços. Esses planos, uma vez aprovados pela POTIGÁS, passam a constituir parte do CONTRATO e devem ser rigorosamente obedecidos.

- 5.2. Cada levantamento será objeto de uma Autorização de Levantamento Topográfico (ALT) específica definindo o local e a extensão do levantamento a ser realizado.
- 5.3. O Contrato terá validade de 24 meses. Ao longo deste período a POTIGÁS irá tantas ALTs quantas forem necessárias em função da necessidade da POTIGÁS, a seu critério exclusivo.
- 5.3.1. A CONTRATADA obriga-se a fazer o levantamento de qualquer trecho demandado, mesmo que os traçados sejam de tamanho inferior a 20m de extensão, como no caso de ramais de interligação de clientes;
- 5.3.2. Os serviços de levantamento topográfico serão executados em qualquer das cidades do Rio Grande do Norte, não somente na capital, Natal/RN. Pelos serviços executados na capital ou no interior do Estado.
- 5.3.3. Todos os custos da contratada devem estar incluídos no serviço de levantamento topográfico (metro de diretriz de levantamento realizado), não sendo admitida a cobrança de qualquer item adicional.
- 5.4. Os originais do projeto, das especificações e demais documentos elaborados pela CONTRATADA pertencerão à POTIGÁS.
- 5.5. Nenhuma modificação poderá ser introduzida pela CONTRATADA nos documentos fornecidos pela POTIGÁS, nem os elementos técnicos pertinentes ao CONTRATO poderão ser copiados, reproduzidos ou comunicados a terceiros, sem que haja o consentimento prévio e por escrito da POTIGÁS.
- 5.6. A POTIGÁS se reserva o direito de, a qualquer tempo, mediante simples comunicação por escrito à CONTRATADA, introduzir alterações ou revisões nas Ordens de Serviços obrigando-se a CONTRATADA a respeitar esse direito, mesmo que ocorram, como consequência, modificações nos serviços em andamento ou já realizados.
- 5.7. Os serviços objeto do CONTRATO serão prestados em escritório da CONTRATADA na cidade de NATAL/RN, ou em localidade a, no máximo, 30 (trinta) km de distância desta. Para tanto, a CONTRATADA deverá dispor ou instalar escritório com área suficiente para abrigar a equipe técnica necessária bem como dispor dos recursos mínimos necessários para a execução dos serviços em referência, tais como, computadores, softwares, telefones, etc.
- 5.8. A CONTRATADA prestará os serviços de acordo com especificações, desenhos e outros requisitos, observando obediência rigorosa às últimas edições das Normas Técnicas aplicáveis da PETROBRAS e das Associações de Normalização, bem como a boa prática de engenharia usualmente aceita.
- 5.9. Os casos omissos, bem como aqueles em que sejam verificadas divergências entre as disposições contidas neste Anexo, nos documentos nele mencionados e nos códigos, normas e padrões aplicáveis aos serviços, deverão ser comunicados pela CONTRATADA e resolvidos de acordo com a fiscalização da POTIGÁS.
- 5.10. O Engenheiro Senior/Gerente do Escritório e seu substituto eventual deverão ser credenciados por escrito, junto a POTIGÁS, como responsável pela direção e prestação dos serviços objeto do CONTRATO, e representará a CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO.
- 5.11. A substituição deste profissional deverá ser comunicada, por escrito, à POTIGÁS, devendo, na mesma ocasião, indicar o substituto e apresentar o seu currículo para apreciação da FISCALIZAÇÃO DA POTIGÁS.

- 5.12. A POTIGÁS se reserva o direito de, a seu critério exclusivo, aprovar ou reprovar os profissionais que irão ficar mobilizados para atuar no contrato em pauta.
- 5.13. Qualquer serviço não mencionado no CONTRATO, porém, indispensável à sua perfeita execução, deverá ser objeto de acordo prévio entre as partes, de acordo com a lei vigente, antes que seja autorizada sua execução.
- 5.14. A CONTRATADA deverá demonstrar através de evidências, ações que visam à capacitação de seu pessoal técnico na absorção de novos conhecimentos e atualizações tecnológicas, para a área de engenharia.
- 5.15. CONTRATADA deverá facilitar as ações da FISCALIZAÇÃO em suas instalações, durante a realização de Auditorias da Qualidade na elaboração e desenvolvimento de projetos.
- 5.16. Faz parte do escopo da CONTRATADA a visita a campo para garantir que o Projeto contemple todos os aspectos envolvidos no atendimento. Os custos com veículo, combustíveis, manutenção, deslocamento, hospedagem, refeições, diárias, ou qualquer outro custo porventura existente para a realização destas visitas correrão por conta da CONTRATADA e já deverão estar incluídos dentro dos preços propostos para cada um dos projetos.


6. RESPONSABILIDADES DA POTIGÁS

- 6.1. A POTIGAS informará ao tempo da execução do projeto os requisitos mínimos para a sua correta elaboração, a saber:
- Caminhamento do trecho com sugestão através de representação pelo Google Earth;
 - Listagem de clientes a serem atendidos e localizados;
 - Posicionamento dos elementos da rede Potigás existente.
- 6.2. Constituem-se encargos da POTIGAS:
- Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Contrato;
 - Emitir as ALTs de acordo com a sua necessidade;
 - Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação das normas e especificações aplicáveis aos serviços ora contratados;
 - Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados na prestação dos serviços;
 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a aplicação de eventuais multas contratuais;
 - Proceder mensalmente a medição dos serviços executados, na forma do Anexo 4 do presente termo;
 - Fornecer os elementos adicionais que reconhecidamente se fizerem necessários à compreensão dos projetos e especificações.

7. REGIME DE TRABALHO

- 7.1. Os serviços deverão ser prestados no regime de empreitada;
- 7.2. A critério exclusivo da FISCALIZAÇÃO, poderá ser adotado um outro horário, de modo a se adequar melhor ao horário de trabalho da POTIGAS;
- 7.3. A POTIGAS se reserva o Direito de fiscalizar todo o levantamento a ser realizado pela Contratada;
- 7.4. Os serviços serão medidos para efeito de pagamento, sob a forma de empreitada por Km de levantamento realizado. Será considerado para efeito de medição como concluído e fazendo jus ao pagamento apenas aqueles levantamentos completos com todos os detalhamentos solicitados e cuja representação em Autocad seja oficialmente entregue.



 <p>POTIGAS COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</p>	<p align="center">ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO</p>	<p>E0000-ET-E04-518-001</p>
		<p>Página 8 de 11</p>

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. O escopo do contrato prevê a duração de 24 meses e os projetos deverão ser confeccionados, quando solicitados, ao longo de sua duração;
- 8.2. Após a solicitação formal da POTIGAS, mediante emissão da AUTORIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - ALT, a empresa deverá executar os procedimentos necessários à execução e conclusão dos projetos levando-se em conta o prazo estabelecido no item 3.1.6 acima;
- 8.3. A não conclusão do projeto dentro do prazo estabelecido constitui-se em falta grave que pode ser punida conforme determinação da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9. CRONOGRAMA

- 9.1. O prazo total do CONTRATO será de 24 (VINTE E QUATRO) meses, iniciando-se após a assinatura pelas partes do instrumento contratual.
- 9.2. O prazo de execução para os levantamentos é definido como sendo de 2 dias para cada Km de levantamento. Neste prazo já está incluída a geração da base de dados em Autocad.
- 9.3. O prazo máximo para entrega dos levantamentos será controlado em função de cada OS e o prazo total da mesma será definido pela POTIGÁS oportunamente de acordo com a complexidade e prioridade de cada uma das atividades, respeitando o prazo acima, podendo no entanto, a critério exclusivo da POTIGÁS, ser alongado.
- 9.4. Os prazos são contados a partir da data de emissão da OS e até a efetiva aceitação dos serviços a ela associados. A este prazo poderão ser acrescidos os dias de paralisação dos serviços por causas que independam da vontade ou do controle da CONTRATADA e por motivos de comprovada força maior, ou de caso fortuito, verificados e aceitos pela POTIGAS.
- 9.5. Não caberá qualquer extensão do prazo para conclusão dos serviços ora contratados como decorrência de adoção, por parte da POTIGAS, de medida para sustar serviços que estejam sendo executados em desacordo com as especificações ou enquadrados nos termos do presente Contrato.
- 9.6. Os prazos de fornecimento indicados pela POTIGÁS em cada OS poderão ser reduzidos por acordo mútuo entre as partes.

10. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS


- 10.1. A CONTRATADA deverá dispor de escritório em Natal/RN e ainda telefone celular para o técnico fiscal e Gerente da Contratada, com número local (DDD 84);
- 10.2. A CONTRATADA deverá mobilizar quantos forem os profissionais necessários para a execução dos serviços contratados dentro das programações e cronogramas definidos pela POTIGÁS.
- 10.3. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 48 horas para início de qualquer serviço após a solicitação formal da POTIGÁS.

11. QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL

- 11.1. A CONTRATADA será representada no CONTRATO por um engenheiro sênior, o qual, além de responder pela mesma nos assuntos relativos ao CONTRATO, exercerá a função de coordenador técnico dos serviços






	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001
		Página 9 de 11

que serão executados, podendo também participar da execução dos mesmos, além de se responsabilizar tecnicamente pelo registro deste contrato junto ao CREA-RN.

- 11.2. O engenheiro senior deverá ser residente, obrigatoriamente na cidade de Natal/RN, ou em localidade a, no máximo, 30 (trinta) km de distância desta.
- 11.3. Além do engenheiro senior, deverão ser mobilizados:
- Topógrafo: topógrafo de campo com formação por instituição técnica reconhecida pelo MEC e pelo menos 2 anos de experiência na realização de levantamento topográficos para gasodutos, oleodutos ou redes de água/esgoto.
 - Desenhista cadista: formação por instituição técnica reconhecida pelo MEC e pelo menos 2 anos de experiência na execução de projetos.
 - Apoio administrativo: formação por instituição técnica ou superior reconhecida pelo MEC e pelo menos 2 anos de experiência em empresas prestadoras de serviços de engenharia.
- 11.4. A CONTRATADA deverá comprovar, através de "Curriculum Vitae", a experiência de todos os profissionais que efetivamente executarão os serviços descritos nos itens acima. Os mesmos serão entregues para a POTIGÁS imediatamente após a assinatura de CONTRATO.


12. DIRETRIZES DE SMS

- 12.1. Devem ser rigorosamente obedecidas as instruções contidas no Anexo 3 – Diretrizes de Segurança Meio Ambiente e Saúde.

13. CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE REMUNERAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1. Os serviços relativos a este Memorial Descritivo serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela POTIGÁS e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo 2 – Planilha de Preços deste contrato.
- 13.2. O quantitativo de levantamentos dispostos neste Edital é uma estimativa para fins de composição do valor global do contrato. A POTIGÁS reserva-se o direito de, a seu critério exclusivo, alterar os quantitativos individuais dos diversos projetos quando da emissão das OS, caso haja demanda inferior ou superior ao previsto originalmente. A CONTRATADA se obriga a manter os mesmos preços individuais dos serviços da sua proposta original para estas alterações.
- 13.3. O serviço será considerado entregue após a realização completa do levantamento topográfico de campo, com todas as informações definidas nesta ET, lançamento dos dados levantados em planta Autocad, entrega de planta para comentários e aprovação formal do levantamento pela POTIGÁS.
- 13.4. O critério de medição será por metro (m) de diretriz de gasoduto efetivamente mapeada.
- 13.5. As medições só serão consideradas entregues para efeito de pagamento caso estejam em total conformidade com as diretrizes contidas no Anexo 4 – Instruções para Emissão dos Documentos de Cobrança.
- 13.6. Todos os custos que a CONTRATADA venha a incorrer na execução dos serviços descritos neste Anexo deverão ser inclusos nos custos unitários do Anexo 2.



	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001
		Página 10 de 11

14. PLANEJAMENTO

- 14.1. Os prazos de cada levantamento serão definidos pela POTIGÁS quando da abertura das Autorizações de levantamentos topográficos (ALTs) correspondentes.
- 14.2. A POTIGÁS convocará o representante da CONTRATADA semanalmente para a avaliação da programação e para passagem de novos serviços. Os assuntos tratados nas reuniões serão registrados em ata específica.
- 14.3. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma detalhado para cada Ordem de Serviço a ser executada informando a alocação de recursos requeridos para a execução dos serviços correspondentes o qual será submetido à aprovação da POTIGÁS. No cronograma devem constar:
 - 14.3.1. Os cronogramas deverão ser elaborados com o emprego do software Project da Microsoft.
 - 14.3.2. Histograma de pessoal e equipamentos que serão empregados na execução dos serviços, o qual deverá ser atualizado mensalmente.
- 14.4. Será responsabilidade da CONTRATADA submeter à POTIGÁS mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, o relatório mensal de andamento das atividades, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - 14.4.1. Cronograma Físico Detalhado e Curvas de Execução Atualizados com os registros das realizações e com as necessárias justificativas para eventuais discrepâncias entre as previsões e as realizações, bem como as respectivas ações corretivas;
 - 14.4.2. Pendências em relação a projetos e de liberação de frentes de serviço, de responsabilidade da POTIGÁS, das quais a CONTRATADA depende para dar continuidade aos trabalhos;
 - 14.4.3. Programação de atividades para o mês seguinte, incluindo previsões de utilização e suprimento dos principais recursos da CONTRATADA e POTIGÁS, enfatizando medidas em relação a interfaces, caso existam;
- 14.5. Será obrigação da CONTRATADA conduzir, sem prejuízo das demais atribuições explicitadas nessa diretriz, o planejamento e controle global das atividades que sejam de sua responsabilidade e deverá se manter alerta a toda e qualquer interface que possa causar prejuízo ao cumprimento das obrigações contratuais, comunicando a POTIGÁS tais efeitos e apresentando alternativas.
- 14.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar via meio magnético as informações referentes a planejamento e controle, condicionamento e suprimento.


15. REGIME DE EXECUÇÃO

- 15.1. Empreitada por preço unitário em conformidade com o art. 42, I da lei 13.303/2016.

16. FUNDAMENTO LEGAL

- 16.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas atualizações.




	ANEXO 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-001
		Página 11 de 11

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 17.1. MENOR PREÇO GLOBAL, conforme art. 54, I, da lei 13.303/2016 DE 30 de Julho de 2016 e inciso X, art. 4.o da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

18. QUANTO AO IMPACTO AMBIENTAL

- 18.1. Quanto aos aspectos de impacto ambiental, consultada a área de GSMS da companhia, esta informou por e-mail que "aspectos ambientais relacionados à atividade de Topografia não geram impactos ambientais significativos, que motive a determinação de medidas de controle ou contingência. Isso posto, conclui que as requisitos constantes no anexo de SMS do processo são mais que suficientes para respaldar a Potigás nesta contratação".








RUA MINAS NOVAS - 225- NEOPOLIS - NATAL -RN
CNPJ - 27.876.591/0001-11
Tel. 84 99974-1939/84 99897-1607
Email:estacaotopografia@gmail.com

PROPRIETÁRIO:	
A Companhia Potiguar de Gás (POTIGAS)	
PCs:	
Nº 3-065-21	DATA: 08/10/2021

OBRA:
Contratação de serviços de levantamento topográfico de diretriz de tubulação para subsidiar projetos executivos da rede da Potigás no estado do RN.

 COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO QUANTITATIVOS E PREÇOS		E0000-ET-E04-518-002	
			REVISÃO A	

Item	Descrição dos Serviços	Und.	Qtde.	VALORES	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA DIRETRIZES DE GASODUTOS	M	50.000,00	R\$ 0,90	R\$ 45.000,00
02	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DA EQUIPE NA CIDADE DE MOSSORÓ	VB	8,00	R\$ 120,00	R\$ 960,00
03	DIÁRIA DA EQUIPE EM MOSSORÓ	DIA	80,00	R\$ 70,00	R\$ 5.600,00

VALOR TOTAL

R\$ 51.560,00

ESTACÃO TOPOGRAFIA E PROJETOS EILREI - ME

CNPJ nº 27.876.591/0001-11

Otacílio Otavio de Oliveira Neto- Representante Legal

CPF: 010.424.894-75

CREA: 210.414.601-1

VALOR GLOBAL POR EXTENSO


CINQUENTA E UM MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS

ÍNDICE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
A							
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. F	REV. G
DATA	30/01/2009	10/07/09					
EXECUÇÃO	THIAGO	THIAGO					
VERIFICAÇÃO	THIAGO	THIAGO					
APROVAÇÃO	IVAN	IVAN					






	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003
		Página 2 de 10

1. OBJETIVO

1.1. Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SMS), que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações da POTIGÁS e da CONTRATADA, e promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

2.1. Além das exigências contidas neste Anexo, a CONTRATADA deve atender aos requisitos dos seguintes documentos:

- a) Aspectos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional constante da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal.
- b) Normas de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional da PETROBRÁS e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- c) Procedimentos de Segurança, Meio ambiente e Saúde da POTIGÁS.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA, ao firmar o Contrato com a POTIGÁS, obriga-se a cumprir integralmente o que preceituam as presentes exigências e todos os regulamentos e procedimentos de trabalho concernentes à Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, vigentes na POTIGÁS, permitindo ampla e total fiscalização em suas instalações e serviços, por prepostos da mesma.

3.2 A CONTRATADA é responsável pelos atos de seus empregados e consequências cíveis e penais decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos de Segurança Industrial, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional vigentes no país.

3.3 Não serão aceitas alegações de desconhecimento pela CONTRATADA das normas e regulamentos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, vigentes na POTIGÁS, ainda que as mesmas não estejam anexas ao presente documento, pois tais informações estão disponíveis para consulta em cada órgão gerenciador do contrato. Em complemento, a POTIGÁS disponibilizará informações sobre riscos potenciais existentes, visando subsidiar a CONTRATADA na elaboração de programas específicos sobre SMS, na emissão de laudos técnicos para fins de aposentadoria especial, previstos na legislação vigente.

3.4 Todo e qualquer serviço deve ser planejado, propiciando de forma pró-ativa a condução segura da atividade. Para tal, pode ser necessária a realização de reuniões, envolvendo supervisores e/ou operadores e executantes, tanto da POTIGÁS como da CONTRATADA.

3.5 Todo e qualquer serviço realizado pela CONTRATADA será permitido apenas mediante emissão de Permissão para Trabalho (PT), conforme procedimento interno da POTIGÁS.

4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

4.1. PLANO DE SEGURANÇA, DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

4.1.1. A CONTRATADA deve apresentar um Plano de Segurança e Saúde do trabalho para serviços contratados que tem como objetivo estabelecer condições mínimas necessárias para preservação do trabalhador.

4.1.2 O Plano de Segurança e Saúde deve ser elaborado pela CONTRATADA através de profissional especializado na área de Segurança do Trabalho, credenciado no Ministério do Trabalho ou CREA.

4.1.3 O Plano de Segurança deve contemplar os seguintes aspectos:

a) Planejamento anual de segurança considerando campanhas de uso e conservação de EPI's e EPC's - Prevenção Contra Doenças Sexualmente Transmissíveis - Prevenção Contra Acidentes no Trânsito - Prevenção Contra Acidentes de Origem Elétrica - Combate a Incêndio - Primeiros Socorros - Espaço confinado - SIPAT - Anti-drogas, bebidas e tabagismo;

b) Mapeamento de risco;

c) Inspeção de segurança;

d) Treinamentos, reciclagens e cursos;

e) Estatística mensal de acidentes do trabalho;

f) Participação nas reuniões de CIPA;

g) Garantir que todos os empregados devem estar habilitados de acordo com as suas atividades específicas;

h) Planejamento específico das atividades a serem executadas pelas equipes, contendo os riscos envolvidos em cada tarefa, bem como o seu controle.

4.1.4 Este plano deve ser apresentado a POTIGÁS, antes do início da execução dos serviços, pela CONTRATADA podendo a mesma sugerir modificações, adequações, correções, inclusive durante o período vigente do contrato.

4.1.5 O controle, supervisão e o acompanhamento, são de responsabilidade da empresa CONTRATADA que será assessorada pelo seu próprio profissional de segurança do trabalho.

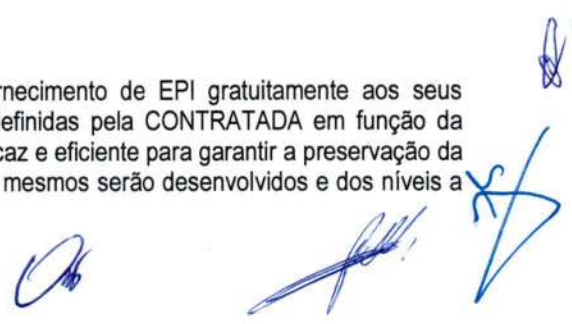
4.1.6 A supervisão deste plano, por parte da POTIGÁS, deve ser feito através do Órgão Gerenciador do contrato e será assessorado pelo profissional de segurança do trabalho da Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - GSMS.

4.1.7 Obriga-se ainda a CONTRATADA a respeitar e fazer com seus colaboradores respeitem as normas internas dos consumidores ou futuros consumidores da POTIGÁS, sempre que for necessário qualquer serviço nas instalações dos mesmos.

4.2 MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.2.1 A CONTRATADA tem a responsabilidade e obrigação pelo fornecimento de EPI gratuitamente aos seus empregados. A seleção e especificação técnica dos EPI devem ser definidas pela CONTRATADA em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados, devendo ser eficaz e eficiente para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores dos riscos do ambiente de trabalho em que os mesmos serão desenvolvidos e dos níveis a que poderão estar expostos.



4.2.2 À CONTRATADA cabe a responsabilidade pelo fornecimento, aos colaboradores, do equipamento de proteção individual de caráter rotineiro, enquadrando-se como tal os seguintes:

a) Proteção para Cabeça

Capacetes de Segurança com jugular para serviços em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impacto contra estruturas, e de outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador. Nos casos de serviços realizados juntos a equipamentos ou circuitos elétricos, será exigido o uso do capacete especial.

b) Proteção para o Rosto

Protetores Faciais para os serviços que oferecem perigo de lesão por objeto de fragmentos e respingos de líquidos, assim como radiações nocivas.

Óculos de segurança, com lentes escuras, para proteção contra os raios solares durante o trabalho diurno.

Óculos de Segurança contra impacto para serviços que possam causar impacto de objetos nos olhos.

Óculos de Segurança contra respingos que possam causar irritação nos olhos, e outras lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos.

c) Proteção para as Mãos e os Braços

Luvras, cremes e/ ou Mangas de Proteção para serviços em que haja possibilidade de contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, equipamentos energizados, materiais quentes ou quaisquer radiações perigosas.

Luvras de segurança para os trabalhos com equipamentos mecânicos, ou da construção.

d) Proteção para a pele

Protetor solar para serviços executados sobre a incidência dos raios solares à pele dos trabalhadores. Este deve ser aprovado por órgão competente (INMETRO ou ANVISA).

Repelente para trabalhos em locais onde exista a presença de insetos (mosquitos, pernilongos, muriçocas, entre outros). Este deve ser aprovado por órgão competente (INMETRO ou ANVISA).

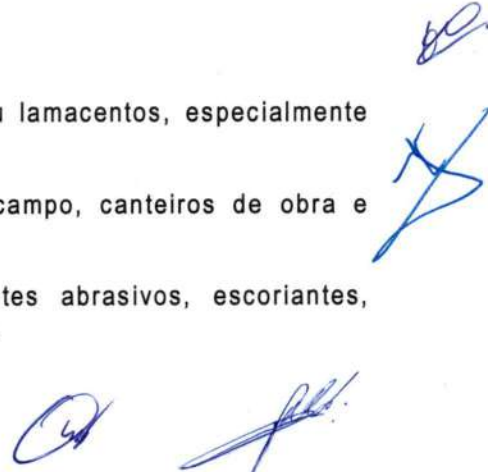
e) Proteção para os Pés e Pernas

Botas de PVC para serviços executados em locais molhados ou lamacentos, especialmente quando na presença de substâncias tóxicas.

Botas de Segurança com biqueiras de aço, nos serviços em campo, canteiros de obra e instalações da POTIGÁS.

Perneira de segurança para proteção da perna contra agentes abrasivos, escoriantes, térmicos, perfurantes, cortantes, umidade, e animais peçonhentos.

f) Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível



Cintos de Segurança tipo pára-quedista para serviços em que haja risco de queda com diferença de nível a partir de 2 (dois) metros.

g) Proteção Respiratória

Respiradores contra Pó para serviços que impliquem na produção de poeiras.

Suprimento de ar para serviços em ambientes confinados ou com concentração de oxigênio abaixo dos limites especificados.

4.2.3 Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à CONTRATADA corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos ou risco de acidente, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.

4.2.4 A CONTRATADA deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.

PROTEÇÃO COLETIVA

4.2.5 A CONTRATADA deve atender, além dos requisitos de proteção coletiva abaixo, todas as exigências solicitadas pela FISCALIZAÇÃO.

4.2.6 A CONTRATADA deve realizar uma Análise Preliminar de Risco - APR, levando em consideração os perigos e riscos, aspectos e impactos presentes nas atividades a serem desenvolvidas para cumprimento do CONTRATO, apresentando à FISCALIZAÇÃO para aprovação da GSMS, antes do início dos serviços.

4.2.7 A CONTRATADA deve estabelecer um Plano de Ação para tratamento dos riscos e impactos considerados significativos e apresentar a POTIGÁS para aprovação.

4.2.8 Toda escavação deve respeitar as exigências da NBR-9061 (Segurança de escavação a céu aberto).

4.2.9 A CONTRATADA deve apresentar um plano de gerenciamento de resíduos direcionado aos serviços necessários ao cumprimento do CONTRATO. Este Plano deve ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO e GSMS antes do início dos serviços.

SINALIZAÇÃO DE OBRA

4.2.10 A CONTRATADA deverá sinalizar toda a área de trabalho, a fim de evitar acidentes com os trabalhadores e com a comunidade.


4.2.11 A sinalização deve ser a primeira etapa dos serviços, sua remoção só poderá ocorrer após a sua conclusão e deverá levar em consideração as exigências do órgão competente pelo trânsito e os padrões da POTIGÁS.

4.2.12 A CONTRATADA deverá isolar toda área de trabalho com barreiras de tela plástica na cor laranja, e sinalizar o local com placas de sinalização e indicação de desvios, devendo, durante a noite, serem iluminadas. Em casos especiais, a critério da FISCALIZAÇÃO, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados, a fim de evitar acidentes com a comunidade local.

4.3 DOCUMENTAÇÃO

4.3.1 A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO antes do início das atividades os seguintes Programas: PPRA/PCMAT e PCMSO, que devem ser elaborados e executados por profissional legalmente habilitado na área de Segurança do Trabalho. Os referidos programas devem contemplar as exigências contidas na NR-9/NR-18 e NR-07



	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003
		Página 6 de 10

respectivamente. Para tanto, a CONTRATADA deve manter em dia o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de todos os seus colaboradores, como estabelece a NR-07 e deverá apresentar a FISCALIZAÇÃO sempre que solicitado.

4.3.2 A CONTRATADA deve emitir mensalmente o Relatório Estatístico de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, onde deve conter a quantidade de horas homens trabalhadas, número de colaboradores e de veículos trabalhando junto ao contrato, número de acidente com e sem afastamento, incidentes, doença ocupacional, acidentes com veículos, número de inspeções, notificações e multas de órgão do trabalho e ambiental.

4.3.3 A CONTRATADA deve emitir para seus colaboradores crachá, com os seguintes dados: nome ou logomarca da empresa, nome completo do colaborador, tipo sanguíneo, fator RH, função, número do RG e telefone para emergências, e obrigar a utilização dos mesmos por seus colaboradores quando em serviços previstos neste CONTRATO.

4.3.4 A CONTRATADA deve ainda providenciar todos os documentos pertinentes solicitados pela fiscalização, dentro do prazo estipulado por esta.

4.4 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES E PERIGOSAS

4.4.1 Cabe à CONTRATADA, caso e quando aplicável, a emissão de laudos de insalubridade e periculosidade, de acordo com a legislação vigente. Esses laudos devem ser apresentados para análise da Fiscalização antes de serem submetidos à DRT ou ao INSS.

4.5 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

4.5.1 Nenhuma substância sólida, líquida, ou gasosa deve ser descartada, sem prévia análise de suas consequências e impacto ao Meio Ambiente e sem autorização da Fiscalização. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

4.5.2 Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões bem como, indenização de todos os custos e serviços necessários para recuperação do meio ambiente, decorrente de impactos indesejados causados pela CONTRATADA, devido a dolo ou culpa desta ou de seus empregados ou SUBCONTRATADA(s).

4.5.3 Os materiais considerados inservíveis, de propriedade da CONTRATADA, tais como: papéis, latas, plásticos, resíduos, etc., devem ter destino apropriado, preferencialmente utilizando-se de programas específicos de Coleta Seletiva ou, quando não couber, descartá-los conforme estabelecido na legislação ou procedimentos escritos emitidos pelo órgão ambiental, pelo fabricante ou pela FISCALIZAÇÃO.


4.5.4 A Bentonita (fluido de perfuração) utilizada durante a perfuração direcional deverá ter como destinação final áreas de aterro de resíduos da construção civil; sendo proibido o descarte em vias públicas, terrenos públicos ou particulares e aterros clandestinos.

4.6 TRABALHOS A CÉU ABERTO

4.6.1 Devem ser atendidos os requisitos da NR-21, NR-18 e NBR-9061.

4.7 TRABALHOS EM AMBIENTE CONFINADO

4.7.1 Devem ser atendidas pela CONTRATADA a norma ABNT NBR-14787 (Espaço confinado - Prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção), e a NR-33, quando trabalho realizado no interior de caixas de válvulas.

	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003
		Página 7 de 10

5. SERVIÇOS ENVOLVENDO INTERDIÇÕES DENTRO DE ÓRGÃOS OPERACIONAIS

5.1 Sempre que os serviços impliquem no bloqueio parcial ou total do trânsito de pessoas ou de veículos, a CONTRATADA deve solicitar à Fiscalização a devida autorização para a interdição do local, apresentando:

- a) a licença prévia do órgão municipal responsável pela área;
- b) trecho ou área a ser interditado;
- c) detalhamento do trabalho a ser executado;
- d) hora em que terá início o bloqueio;
- e) tempo previsto para a vigência da interdição.

5.2 Após o término do serviço, a interdição deve ser imediatamente suspensa, cabendo à CONTRATADA recompor as mesmas condições anteriormente encontradas no espaço público (asfaltamento, nivelamento do piso, colocação de paralelepípedos, etc.), com qualidade igual ou superior, como também a remoção de todos os entulhos e limpeza da área.

6. INSTALAÇÕES

SANITÁRIAS E DE CONFORTO NO LOCAL DE TRABALHO

6.1 A CONTRATADA deve apresentar, antes do início dos serviços, plantas das instalações provisórias da obra para aprovação da Fiscalização, cumprindo a legislação pertinente (NR-18 e NR-24).

6.2 A CONTRATADA deve disponibilizar Banheiro Químico aos seus funcionários, no local de trabalho, quando esse for realizado fora do canteiro de obras.

ELÉTRICAS

6.3 As instalações elétricas provisórias ou definitivas devem estar em conformidade com a legislação em vigor.

6.4 A CONTRATADA deve apresentar à Fiscalização a relação do pessoal autorizado e qualificado para trabalhos em instalações elétricas, conforme a NR-10.

6.5 A CONTRATADA deve utilizar painéis, máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos elétricos adequados ao serviço, bem como, a classificação da área onde serão realizados tais serviços.


SERVIÇOS E INSTALAÇÕES PARA ATENDIMENTO MÉDICO

6.6 Em operações com maiores riscos, como trepanação, ou outra que a Gerência de SMS da POTIGÁS julgar necessário, deve ser previsto a participação do Corpo de Bombeiros para prestação dos primeiros socorros e combate ao incêndio.

6.7 Quando for o caso, a CONTRATADA deve prever ambulatório para prestação dos primeiros socorros e exames clínicos, de acordo com a legislação em vigor. O ambulatório deve ser dotado de instalações, materiais, medicamentos e equipamentos, conforme a legislação pertinente.

7. OCORRÊNCIAS ANORMAIS



 POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUÁS DE GÁS</small>	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003 Página 8 de 10
--	---	--

7.1 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à Fiscalização, todo acidente com ou sem afastamento, ocorrências anormais e situações de emergência, de maneira detalhada e indicando as providências tomadas, independente das comunicações obrigatórias previstas na legislação. Essas ocorrências devem ser registradas, analisadas e divulgadas aos seus empregados e as medidas corretivas e preventivas implementadas.

7.2 A CONTRATADA deve fornecer à Fiscalização, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Resumo Estatístico Mensal (REM), dos acidentes ocorridos no período, em formulário específico, conforme modelo proposto pela ABNT NBR 14280. O REM deve ser emitido mesmo que não tenha ocorrido nenhum acidente no período.

ACIDENTE FATAL

7.3 No caso de ocorrência de acidente fatal, a CONTRATADA deve, em articulação com a POTIGÁS:

- a) Isolar o local diretamente relacionado ao acidente, preservando suas características, até a liberação pela autoridade policial competente e DRT, conforme legislação em vigor;
- b) Comunicar o acidente de imediato à Fiscalização da POTIGÁS e aos organismos competentes nos níveis Federal, Estadual e Municipal;
- c) Providenciar, com a máxima urgência, para que os familiares sejam notificados do ocorrido, fornecendo o devido apoio social;
- d) Instituir, formalmente, e em articulação com a fiscalização da POTIGÁS uma Comissão de Investigação, em até 48 (quarenta e oito) horas após o acidente, para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, identificar as causas e recomendar medidas que se façam necessárias para evitar acidentes semelhantes;
- e) Elaborar um relatório contendo, no mínimo:
 - descrição do acidente;
 - local preciso, com "croquis";
 - dados relativos às pessoas acidentadas;
 - causas imediatas e básicas;
 - providências a serem tomadas, visando prevenir repetição;
- f) Garantir à Comissão, autoridade e autonomia suficientes para conduzir as investigações sem quaisquer restrições;
- g) Concluídos os trabalhos da Comissão, caberá ainda à CONTRATADA, por articulação com a Fiscalização, a divulgação dos resultados do relatório, de modo a repassar a experiência no acidente às demais empresas CONTRATADAS.


8. EMERGÊNCIAS EM ÓRGÃOS OPERACIONAIS

8.1 Em caso de emergência ou alarme, devem ser seguidas as orientações da POTIGÁS contidas no Plano de Controle de Emergência local.

8.2 Excepcionalmente, se necessário, em função da gravidade ou extensão de uma emergência, empregados da CONTRATADA serão convocados para compor as equipes de emergência da POTIGÁS ou da Comunidade, não se configurando, nesta hipótese, prestação de serviço por parte da CONTRATADA.





 POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</small>	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003
		Página 9 de 10

9. SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS POR QUESTÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

9.1 A Fiscalização e o pessoal especializado da Segurança, Saúde e Proteção ao Meio Ambiente, podem paralisar qualquer serviço no qual se evidencie risco eminente, ameaçando a segurança ou saúde das pessoas, o meio ambiente e a integridade das instalações.

10. TREINAMENTO EM SEGURANÇA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E EM SAÚDE OCUPACIONAL

10.1 A CONTRATADA deve elaborar, antes do início dos serviços, o plano de treinamento e reciclagem, voltados à prevenção de acidentes. O plano deve explicitar o conteúdo programático, a carga horária, o público alvo, a qualificação dos instrutores, a forma de registro e controle da execução dos treinamentos.

10.2 Os empregados admitidos pela CONTRATADA deverão realizar antes do início das atividades o treinamento citado no subitem anterior.

10.3 A CONTRATADA deverá apresentar os documentos comprobatórios da realização dos treinamentos à fiscalização do contrato.

10.4 Os custos com os treinamentos contemplados no item 10.1 correrão por conta da CONTRATADA.

10.5 Todos empregados da CONTRATADA, quando convocados, deverão ser liberados para comparecer aos treinamentos e exercícios de Segurança, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente ministrados pela POTIGÁS.

10.6 Nos contratos para transporte de pessoas e materiais será exigido curso de direção defensiva e primeiros socorros (ver Novo Código de Trânsito). No transporte de cargas e produtos perigosos, serão exigidos cursos específicos.

11. VESTIMENTA DE TRABALHO

11.1 É obrigatório o fornecimento gratuito pela CONTRATADA e suas SUBCONTRATADAS, de vestimentas de trabalho para todos os seus empregados, nas características e quantidades compatíveis com os serviços a serem executados, sendo no mínimo, dois jogos completos.

11.2 As vestimentas de trabalho dos empregados da CONTRATADA devem conter gravada na parte da frente além do nome da CONTRATADA, a mensagem: "A serviço da POTIGÁS", utilizando a logomarca da Companhia. E na parte de trás da vestimenta deve conter a mensagem: "Emergência Potigás 0800-2814004".


11.3 É obrigatório a utilização dos equipamentos de proteção individual pelos funcionários da CONTRATADA durante as atividades em campo.

12. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

12.1 Devem ser obedecidas, as medidas de prevenção e combate a incêndio das normas técnicas vigentes, especialmente às normas NR-18 e NR-23 do Ministério do Trabalho e Emprego (onde aplicáveis), e das legislações estaduais e municipais.

13. TRANSITO DE VEÍCULOS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

 POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</small>	ANEXO 3 DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO-AMBIENTE E SAÚDE	E0000-ET-E04-518-003
		Página 10 de 10

13.1 Os veículos da CONTRATADA só podem transitar nas áreas internas da POTIGÁS, bem como em qualquer via pública, desde que seja atendido o Código de Trânsito Brasileiro e estando devidamente autorizados pela Gerência de SMS da Companhia, que realizará inspeções periódicas a fim de verificar as conformidades.

14. TRANSPORTE DE PESSOAL

14.1 Não são permitidos o transporte de pessoas em locais impróprios dos veículos, tais como caçambas, carrocerias, etc., e de maneira que ofereça possibilidade de quedas e outros riscos.

14.2 Não são permitidos o transporte simultâneo de pessoas e cargas, no mesmo compartimento do veículo.

15. AUTO-AVALIAÇÕES, INSPEÇÕES E AUDITORIAS

15.1 A CONTRATADA deve proceder uma auto-avaliação dos aspectos de SMS constantes neste anexo, trimestralmente, após a assinatura do contrato, dando ênfase aos preceitos legais estabelecidos no tocante a Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional bem como, o cumprimento das exigências da POTIGÁS estabelecidas em Contrato.

15.2 Os relatórios de auto-avaliação, inspeções e auditoria deverão ser encaminhados trimestralmente para a FISCALIZAÇÃO. Compete à CONTRATADA anexar ao relatório de auto-avaliação, um cronograma para tratamento das não-conformidades.

15.3 A FISCALIZAÇÃO realizará, ao seu critério, inspeções e auditorias periódicas nos canteiros de obras, frentes de trabalho, equipamentos e máquinas pertencentes a CONTRATADA a fim de verificar as conformidades com os itens deste anexo, além da Legislação de Segurança e Meio Ambiente vigentes no território Nacional.

15.4 À CONTRATADA compete corrigir as não-conformidades detectadas nas inspeções e auditorias realizadas pela POTIGÁS, sob pena de suspensão das atividades, e aplicações de sanções contratuais.








ANEXO 04
INSTRUÇÃO PARA EMISSÃO DE
DOCUMENTOS DE COBRANÇA
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

E0000-ET-E04-518-004


Página 1 de 3

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
0 A	ORIGINAL						
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F
DATA	07.05.10	07.02.13					
EXECUÇÃO	JADR	JADR					
VERIFICAÇÃO	JADR	JADR					
APROVAÇÃO	RRMM	JADR					

Do

[Signature]

[Signature]

	ANEXO 04 INSTRUÇÃO PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-004 Página 2 de 3
---	---	---

1. OBJETIVO


- 1.1. Definir a forma de emissão de documentos de cobrança (Faturas, Notas de Débito, Recibos e Notas Fiscais de Serviços, Notas Fiscais de Venda, etc).

2. APRESENTAÇÃO

- 2.1. Todos os documentos deverão ser emitidos sem rasuras.
2.2. Deverão ser apresentados no protocolo da POTIGÁS.
2.3. A apresentação não poderá ultrapassar o último dia útil do mês de encerramento do período em que forem realizados e medidos os serviços ou do dia da realização do evento físico a que se referirem.
2.4. Os documentos de cobrança deverão ser apresentados no original, mais 2 (duas) cópias.

3. INFORMAÇÕES E ANEXOS OBRIGATÓRIOS

- 3.1. Nos documentos de cobrança, além das informações usuais (nome da empresa, CNPJ, local e data de emissão, número do documento de cobrança etc.) deverão constar obrigatoriamente:
- 3.1.1. Número, data de assinatura e objeto do instrumento contratual ou do documento que autorizar a execução dos serviços;
- 3.1.2. Valor bruto e valor líquido da fatura, observado assim a incidência dos impostos a cujo regime estiver subordinado o valor cobrado;
- 3.1.3. Período ou data da realização dos serviços e o número do Boletim de Medição dos Serviços (BM), caso se aplique;
- 3.1.4. Nome e código do banco, nome e código da agência e número da conta corrente da CONTRATADA, onde creditar o valor correspondente.
- 3.2. Os documentos de cobrança deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:
- 3.2.1. Cópia do Boletim de Medição dos Serviços (BM) devidamente assinado pela Fiscalização e Diretoria Técnica e Comercial da POTIGÁS e pela CONTRATADA;
- 3.2.2. Memória de cálculo para composição dos serviços executados que compõem o BM relativo ao período de medição;
- 3.2.3. Comprovante de quitação bancária dos serviços e pessoal sub-contratados, caso existam;
- 3.2.4. Cópia autenticada do Comprovante de Recolhimento da Previdência Social referente ao mês de competência anterior ao da prestação dos serviços devidamente quitada;
- 3.2.5. Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP e a relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês de competência anterior ao da prestação dos serviços devidamente quitada;
- 3.2.6. Cópia do comprovante do recolhimento do FGTS;
- 3.2.7. Certidões fiscais:
- Certidão negativa dos tributos municipais da sede do licitante;
 - Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
 - Certidão negativa da dívida ativa do Estado de origem;
 - Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado do RN – caso a contratada possua IE local;
 - Certidão negativa da dívida ativa do Estado do RN – caso a contratada possua IE local;
 - Certidão negativa dos tributos federais;
 - Certidão negativa da dívida ativa da união;
 - CRF do FGTS;
 - Certidão negativa do INSS;
- 3.2.8. Originais das documentações técnicas, certificados, projetos, as-builts e data-books relativos aos serviços executados durante o período de medição;
- 3.2.9. Cópia das Notas Fiscais de aquisição de materiais e/ou equipamentos empregados na obra objeto do presente Contrato;

	ANEXO 04 INSTRUÇÃO PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	E0000-ET-E04-518-004
		Página 3 de 3

- 3.2.10. Cópia do comprovante de cadastro da respectiva obra executada pela CONTRATADA junto ao INSS.
- 3.2.11. Cópia autenticada do Comprovante de Recolhimento do ISS referente ao mês de competência anterior ao da prestação dos serviços devidamente quitado, caso a prefeitura do município onde ocorram as obras não opte pelo regime de substituição tributária;
- 3.2.12. Quando se tratar de Aditivos que impliquem em pagamentos, mencionar além de todos os dados mencionados acima, o número do aditivo e a data de sua assinatura.
- 3.2.13. A não apresentação dos documentos citados acima acarretará na suspensão dos pagamentos devidos pela POTIGÁS à CONTRATADA, até a regularização da situação.

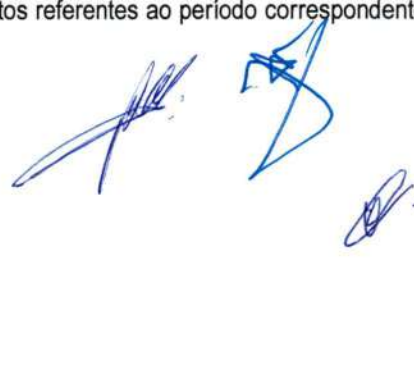
3.3. Além dos documentos de cobrança e fiscais exigidos, deve ser apresentada a folha de rosto padrão com o checklist de toda a documentação enviada.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 4.1. O reembolso de despesas, contratualmente previsto, à CONTRATADA, será feito mediante apresentação de documento de cobrança acompanhado do documento de reembolso assinado por ambas as partes e dos originais dos comprovantes de tais despesas.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1. Para os documentos de cobrança apresentados sem o cumprimento das exigências contidas nestas instruções, a POTIGÁS poderá sustar o pagamento dos mesmos, até que as falhas e/ou pendências sejam sanadas pela CONTRATADA.
- 5.2. No caso da medição final, além da apresentação da folha de pagamentos e da GRPS correspondente ao mês anterior, a CONTRATADA também deverá apresentar esses documentos referentes ao período correspondente à medição final.






ANEXO 05
CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

E5000-ET-E04-518-005

Página 1 de 2

ÍNDICE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
0	ORIGINAL						
A	INCLUSÃO DA DIÁRIA E MOBILIZAÇÃO EM MOSSORÓ						
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F
DATA	25.11.14	08/07/21					
EXECUÇÃO	JADR	JADR					
VERIFICAÇÃO	JADR	JADR					
APROVAÇÃO	JADR	JADR					

	<p align="center">ANEXO 05 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS</p>	<p align="center">E5000-ET-E04-518-005</p>
		<p align="center">Página 2 de 2</p>

1. OBJETIVO

- 1.1. Fornecer esclarecimentos à CONTRATADA referentes à medição dos serviços e levantamentos topográficos, conforme o Memorial Descritivo e termo de referência da Potigás.
- 1.2. Os serviços apenas serão pagos após a conclusão de todos os serviços elencados no presente termo e seus anexos;

2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1.1. Item 1 – Serviços de levantamentos topográficos

- a) Realização de todos os serviços de levantamento topográfico, marcação em campo e apresentação da planta impressa e em meio eletrônico do levantamento – Metro (m) – Equivalente a 100% do valor total do item, medido na conclusão dos serviços, ou seja, na apresentação da planta com o serviço pronto e aprovado pela fiscalização;

2.1.2. Item 2 – MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DA EQUIPE NA CIDADE DE MOSSORÓ


- a) Pela mobilização e desmobilização para realização dos serviços na cidade de Mossoró – Verba (Vb) – Equivalente a 100% do valor total do item, medido na conclusão dos serviços, ou seja, na apresentação da planta com o serviço pronto e aprovado pela fiscalização;
- b) O valor da mobilização e desmobilização é devido APENAS para a cidade de Mossoró. Não sendo, portanto, devido para serviços em cidades até 50km de Natal, inclusive Goianinha.

2.1.3. Item 3 – DIÁRIA DA EQUIPE EM MOSSORÓ

- a) Por dia de serviço da equipe realizado na cidade de Mossoró. Valor a ser pago por equipe – Diária (Dia) – Equivalente a 100% do valor total do item, medido na conclusão dos serviços, ou seja, na apresentação da planta com o serviço pronto e aprovado pela fiscalização.
- b) O valor da diária será pago por equipe em viagem por DATA DE PERNOITE NA CIDADE DE MOSSORÓ, considerando ainda as seguintes regras:
 - Em caso de deslocamento saindo de Natal (ou região metropolitana) após o meio dia (12:00hs) e pernoitando em Mossoró – diária será paga pela metade (meia diária)
 - Em caso de deslocamento voltando de Mossoró antes do meio dia (12:00hs) e pernoitando em Natal ou na cidade de origem – diária será paga pela metade (meia diária)
 - Em caso de deslocamento saindo de Natal (ou região metropolitana) antes do meio dia (12:00hs) e pernoitando em Mossoró – diária será paga integral
 - Em caso de deslocamento saindo Mossoró após o meio dia (12:00hs) e pernoitando em Natal ou na cidade de origem – diária será paga integral
- c) O valor da diária é devido APENAS para a cidade de Mossoró. Não sendo, portanto, devido para serviços em cidades até 50km de Natal, inclusive Goianinha.





 <p>CONTRATO Nº 5-093-21 Página 1 de 9</p>	<p>VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p><i>Luís Custódio Alves Smith</i> Assessor Jurídico</p>
--	---

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 5-093-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA HAENKE TUBOS FLEXÍVEIS LTDA.

A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **HAENKE TUBOS FLEXÍVEIS LTDA.**, com Sede na Rua João Correia de Sá, nº 97, Galpão 1, Vila Nogueira, Diadema/SP (CEP 09.960-320), inscrita no CNPJ sob o nº 55.140.099/0001-19, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento de TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA INTERLIGAÇÃO DOS CONJUNTOS DE REGULAGEM E MEDIÇÃO (CRM) À REDE INTERNA DOS CLIENTES, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação, para serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCM nº 2-108-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: "PO 2022 e 2023 – 1.2.1.1 - Interligações - Grande Natal E 1.2.1.2 - Interligações - Mossoró".

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$ 24.933,04 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e três reais, quatro centavos)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

5.2 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos produtos serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

5.3 - Na elaboração da proposta foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO:

7.1 - As condições para FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).


10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

 <p>CONTRATO Nº 5-093-21 Página 3 de 9</p>	<p>VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p><i>Luís Gustavo Alves Smith</i></p>
--	---

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

- i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;
- ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;
- iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;
- iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

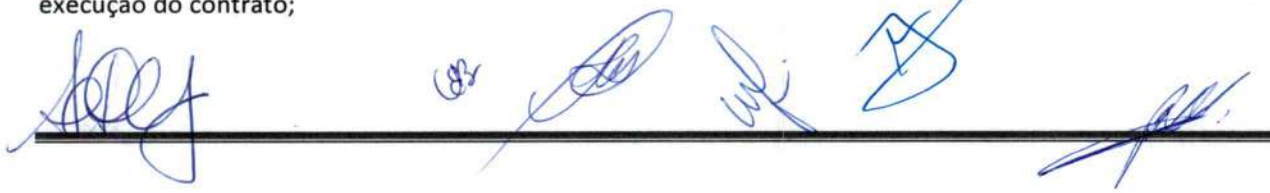
XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;


XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. There are also some faint, illegible stamps or markings between the signatures. The signatures appear to be of various individuals, likely representing the contracting parties or officials involved in the process.

 <p>CONTRATO Nº 5-093-21 Página 5 de 9</p>	<p>VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p><i>Luís Gustavo Alves Smith</i> Assessor Jurídico</p>
--	--

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.



**CONTRATO Nº 5-093-21**

Página 7 de 9

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luís Gustavo Mees Smith
Assessor Jurídico

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

17.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

17.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

18.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)** da POTIGÁS, na Lei Federal nº 13.303/2016, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições



CONTRATO Nº 5-093-21

Página 8 de 9

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luiz Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ANEXOS:

19.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 16 de Novembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente

Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico e Comercial

PELA CONTRATADA:

Maria Cardoso dos Santos Maeda
Responsável Legal
CPF/MF: 004.290.398-08

TESTEMUNHAS:

1ª -

Emanuelle Karla Feitosa Soares
CPF/MF: 103.883.784-76

2ª -

João Cabral de Macêdo Junior
CPF: 771.101.704-97

**CONTRATO Nº 5-093-21**


Página 9 de 9

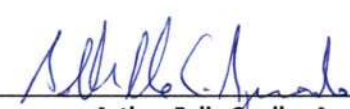
VISTO


Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.


Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

PELA FISCALIZAÇÃO:


Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
Gerente Administrativo e de Suprimentos
Gestor do CONTRATO


Arthur Felix Coelho Azevedo
Fiscal Técnico do CONTRATO


Vinícius Dutra Gomes Pinheiro
Técnico de Processos
Fiscal Técnico do CONTRATO


Aline Polliana Lobato Ribeiro Teixeira Lima
Analista de Suprimentos
Primeiro Fiscal do CONTRATO


João Solon de Medeiros Júnior
Segundo Fiscal do CONTRATO



[Handwritten signature]

	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	07/10/2021							
Elaboração	Breno							
Verificação	Aluisio							
Aprovação	José Augusto							

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 2 de 7

Identificação

TR 03/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE**1 - DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS para interligação dos Conjuntos de Regulagem e Medição (CRM) à rede interna dos clientes, conforme condições e especificações constantes neste termo.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2022 e 2023, na conta: "Investimentos - Interligações - Item 1.2.1.1 e Item 1.2.1.2".

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>) e na Lei Federal nº 13.303/2016.

4 - DO REGIME DE FORNECIMENTO

4.1 - O regime de fornecimento da presente contratação será o **FORNECIMENTO INTEGRAL** dos materiais, a partir da emissão da AF (Autorização de Fornecimento) ou OC (Ordem de Compra).

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.


6 - DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA 1 (UMA) MANGUEIRA

6.1 – Segue listagem dos materiais que compõe 1 mangueira:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE
1	Tubo flexível ½", com uma extremidade fixa macho e uma extremidade fêmea com porca giratória, ambas as extremidades com rosca BSP, com 80 cm de comprimento.	Unid	350

6.2 – Os materiais devem obedecer à E0000-ET-E04-432-005 – REV A– Especificação Técnica de fornecimento de Tubos Flexíveis Metálicos para a saída de CRMs.

7 - DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO**7.1 – PRAZO DE ENTREGA:**

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 3 de 7	Identificação TR 03/2021
	OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVIES METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE	

7.1.1 - O prazo de entrega dos materiais, relativos a cada Autorização de Fornecimento (AF) / Ordem de Compra (OC), emitida pela **CONTRATANTE**, será de no máximo **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento da AF/OC correspondente, pela **CONTRATADA**.

7.2 – LOCAL DE ENTREGA:

7.2.1 - A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em **dias úteis**, nos horários de 08:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas, na Sede da **CONTRATANTE**, situada na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** e atestado pelo setor competente.

7.3 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.3.1 - O recebimento e aceitação dos materiais pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.3.1.1 - Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **3 (três) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3.1.2 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1.2.1 - A **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pela fiscalização.

7.3.1.2.2 - Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação da fiscalização.


7.3.1.3 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7.3.1.3.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **CONTRATO**.

7.4 – FORMA DE ENTREGA:

7.4.1 - O transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como os custos e eventuais danos ocasionados nestes materiais ou em terceiros em decorrência destas movimentações, serão da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 4 de 7	Identificação TR 03/2021
	OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE	

7.4.1.1 - Da mesma forma se responsabilizará a **CONTRATADA** pelo transporte, carregamento e descarregamento dos materiais devolvidos, quando estes forem reprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, devido a defeito de fabricação ou danos verificados nos mesmos.

7.4.2 - As notas fiscais, emitidas pela **CONTRATADA**, deverão referenciar o número do **CONTRATO**.

7.5 – PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:

7.5.1 - O prazo mínimo de garantia contra defeitos de fabricação a ser exigido deve ser o usual dos fabricantes.

7.5.1.1 - A garantia citada no item acima compreende a recuperação ou substituição e transporte de/para o local de entrega dos materiais, às expensas da **CONTRATADA**, dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como de qualquer dos seus componentes, que apresentem divergência de característica ou qualquer erro ou defeito de fabricação.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Cabe a **CONTRATADA:**

8.1.1 - Fornecer o objeto do **CONTRATO** rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CONTRATANTE**.

8.1.2 - Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis, substituindo qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido neste documento, sem custos adicionais para **CONTRATANTE**.

8.1.3 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados no **CONTRATO**, sujeitando-se às sanções aqui estabelecidas, além das previstas no **RILC** da **POTIGÁS**.

8.1.4 - Responsabilizar-se pelo transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais, respondendo por seus custos e pelos eventuais danos ocasionados nos materiais ou a terceiros por estas movimentações, devendo os mesmos ser entregues à **CONTRATANTE** em perfeitas condições de uso.

8.1.5 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto deste **CONTRATO**, bem como eventual custo de frete relativo a respectiva entrega.

8.1.6 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo.

8.1.7 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições contidas no **CONTRATO**, e ainda responder por suas sanções, quando aplicadas.


8.2 - Cabe a **CONTRATANTE:**

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, estão dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.4 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</p> <p align="center">Página 5 de 7</p>	<p align="center">Identificação TR 03/2021</p>
<p align="center">OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVIES METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE</p>		

8.2.5 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.6 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais, objeto do **CONTRATO**, fixando-lhe prazos para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.7 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução deste **CONTRATO**.

9.1.3 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xml.nfe@potigas.com.br.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

10 - DA VIGÊNCIA



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Página 6 de 7

Identificação
TR 03/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do respectivo **CONTRATO**.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão.

12.2 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.3 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela **FISCALIZAÇÃO**, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.3 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**.


14 - DA MATRIZ DE RISCOS

14.1 - Não há riscos associados a execução do **CONTRATO** que possam gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido a previsão de fornecimento dos produtos em remessa única, no início da execução do **CONTRATO** e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

15 – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

15.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, referente à habilitação:

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 7 de 7	Identificação TR 03/2021
	OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA CONEXÃO DO CRM A REDE INTERNA CLIENTE	

DOCUMENTO/CERTIDÃO
Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual
Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal
Prova de Regularidade perante o FGTS (CEF)
Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)

15.1.2 - A contratação poderá ser realizada pela **POTIGÁS** com a empresa VENCEDORA do processo de cotação, mesmo sem esta última ter apresentado toda a documentação relativa à habilitação, conforme permite o **Parágrafo 4º e 5º do artigo 124 do RILC DA POTIGÁS**, que poderá dispensar, no todo ou em parte, os documentos de habilitação, com exceção da Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS) que deverá ser apresentada, nos casos de fornecimento de bens de PRONTA ENTREGA, por empresas fornecedoras sediadas no Estado do Rio Grande do Norte, cujos respectivos prazos de entrega e de vigência contratual são de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do respectivo contrato.

15 – ANEXOS:

Anexo 01 - E0000-ET-E04-432-005 – Especificação Técnica de fornecimento de Tubos Flexíveis Metálicos para a saída de CRMs

Natal/RN, 07 de outubro de 2021.

Revisão:

Elaboração:



Arthur Felix Coelho
Técnico de projeto



José Augusto Dantas de Rezende
Gerente Técnico





**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA
SAÍDA DE CRMS**

E0000-ET-E04-432-005

Página 1 de 5

ÍNDICE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
0	PARA LICITAÇÃO						
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F
DATA	08/10/21	21/10/2021					
EXECUÇÃO	JADR	JADR					
VERIFICAÇÃO	JADR	JADR					
APROVAÇÃO	JADR	JADR					

1. OBJETO

- 1.1. Fornecimento de TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS para saída de Conjuntos de Regulagem e Medição (CRMs) para atendimento a clientes dos segmentos residencial e comercial da rede de distribuição de Gás Natural da POTIGÁS.

2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- 2.1. Aplicam-se as seguintes normas a esta ET:
- 2.1.1. NBR 13523 – Central de gás liquefeito de petróleo;
- 2.1.2. NBR 15526 – Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais – projeto e execução
- 2.1.3. NBR 14177 – Tubos flexíveis metálicos
- 2.1.4. NBR 14495 - Tubo flexível de borracha para uso em instalações de GLP/GN - Requisitos e métodos de ensaio

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1. DEFINIÇÃO: Conjunto de Regulagem e Medição (CRM) são as estações através das quais a POTIGÁS realiza o atendimento aos clientes dos segmentos residencial e comercial. Tais estações são responsáveis por reduzir a pressão da rede e medir o volume de gás natural entregue aos clientes, sendo constituídas por válvulas, conexões e tubos interligados a instrumentos que permitem a sua correta e segura operação.
- 3.2. Na saída da CRM de modo a facilitar o processo de conexão da CRM à rede interna dos clientes será instalada O TUBO FLEXÍVEL METÁLICO aqui especificado, sendo cada um deles construídos a partir dos seguintes materiais:
- 3.3. Segue listagem dos materiais que compõe cada uma dos tubos flexíveis:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE
1	Mangueira Korax 300 revestida externamente com capa trançada de fios em aço inox AISI 304 ou Tombac 85-15 – DN ½” OU Tubo metálico flexível corrugado utilizado para condução de Gás Natural / GLP, diâmetro nominal 3/8”, fabricado em liga de cobre (tombac), ASTM B135 ou aço inox AISI 304, revestido com uma malha trançada fabricada com fios em liga de cobre (tombac), ASTM B134 ou aço inox AISI 304.	Metro	0,8
2	Terminal Macho Fixo 101 NPT 8-8 – Aço inox AISI 304 ou Tombac 85-15 ou latão CLA ASTM B16 - DN ½” BSP	Unid	1

	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA SAÍDA DE CRMS	E0000-ET-E04-432-005
		Página 3 de 5

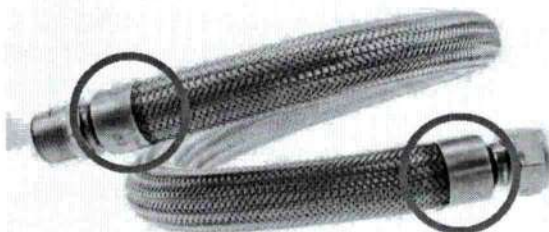
3	Luva de compressão para fixação dos terminais e do trançado metálico à mangueira - Aço inox AISI 304 ou Tomback 85-15 ou latão CLA ASTM B16	Unid	2
4	Terminal fêmea porca giratória soldada de latão CLA, Aço inox AISI 304 ou Tomback 85-15 1/2", com rosca BSP ISO 228-1, mais luva sextavada de latão CLA ASTM B16, para evitar torções durante a instalação do tubo metálico flexível	Unid	1
5	Arruela de vedação em Borracha Nitrílica (NBR) dureza 80 a 95 shore A	Unid	1

- 3.4. Apesar de estar apresentado acima uma composição de itens, é importante mencionar que o que deverá ser entregue pela empresa o tubo flexível montado onde para a respectiva montagem será utilizado todos os quantitativos apresentados acima. Neste caso, o custo de serviço de montagem deve ser incluso no preço dos itens. Deve ser montado em conformidade com as normas NBR 14177 e NBR 14955.
- 3.5. Devem ser providos e instalados os terminais de compressão nas extremidades da mangueira para fixação e aperto da malha metálica à borracha, bem como para a fixação dos terminais. Deverão ser fornecidos uma ou duas luvas em conformidade com a solução adotada pelo fornecedor.
- 3.6. Características adicionais de cada um dos itens da mangueira e acessórios:
- 3.6.1. Mangueira Korax 300 revestida externamente com capa trançada de fios
- Tubo interno: Composto especial de 100% borracha sintética nitrílica.
 - Reforço: fios sintéticos de poliéster de alta resistência.
 - Cobertura do conduto de borracha: Enfaixada. Composto especial de 100% borracha sintética resistente a óleos e solventes, resistente à abrasão, ozônio e intempéries.
 - Resistente à temperatura da borracha de -35°C a 100°C.
 - Pressão de trabalho da mangueira de borracha: 300 PSI ou 20 Bar
 - Pressão de Ruptura da mangueira de borracha: 900 PSI ou 60 Bar.
 - Diâmetro interno da mangueira de borracha: 1/2" nominal – 12,7mm
 - Diâmetro externo da mangueira de borracha: 20,6mm
 - Peso específico da mangueira de borracha: 300g/m
 - Malha em aço inoxidável AISI 304 ou em Tomback Liga C 230 85-15
- 3.6.2. Tubo metálico flexível corrugado utilizado para condução de Gás Natural / GLP, diâmetro nominal 3/8", fabricado em liga de cobre (tombac), ASTM B135 ou aço inox AISI 304, revestido com uma malha trançada fabricada com fios em liga de cobre (tombac), ASTM B134 ou aço inox AISI 304. Aplicação para Classe 1 da norma NBR 14.177. Deve suportar pressão de trabalho mínima de 10 bar.
- 3.6.3. Terminal Macho Fixo 101 NPT 8-8 – Aço inox AISI 304 ou Tomback 85-15 ou latão CLA ASTM B16 - DN 1/2" BSP

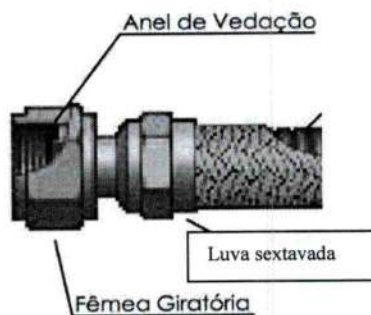





3.6.4. Luva de compressão para fixação dos terminais e do trançado metálico à mangueira:



3.6.5. Terminal fêmea porca giratória 8 e luva sextavada – Aço inox AISI 304 ou Tombac 85-15 ou latão CLA ASTM B16 – DN ½" BSP



3.6.6. Aspecto final do flexível após montagem:



Handwritten signature or initials in blue ink.

 COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS PARA SAÍDA DE CRMS	E0000-ET-E04-432-005
		Página 5 de 5



4. QUANTITATIVO DOS MATERIAIS A SER ADQUIRIDO

- 4.1. O quantitativo de armários deve ser fornecido conforme requisitos da especificação anexos a esta documentação.
- 4.2. A CONTRATADA deverá enviar à POTIGÁS em até 15 dias corridos da assinatura do contrato em referência, o procedimento para armazenamento e preservação dos materiais.

mf.
[Signature]

950105

8

8

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCM Nº 2-108-21

PROponente: HAENKE TUBOS FLEXÍVEIS LTDA.

CNPJ: 55.140.099/0001-19

GRUPO	Descrição dos Serviços	Und.	Qtde.	PROponente 2 HAENKE TUBOS FLEXÍVEIS LTDA.	
				VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	TUBOS FLEXÍVEIS METÁLICOS para interligação dos Conjuntos de Regulagem e Medição (CRM) à rede interna dos clientes				
1.1	Tubo flexível 1/2", com uma extremidade fixa macho e uma extremidade fêmea com porca giratória, ambas as extremidades com rosca BSP, com 80 cm de comprimento.	UNID	350	R\$ 67,85	R\$ 23.745,75
Valor Parcial (R\$)				R\$	23.745,75
VALOR TOTAL IPI				R\$	1.187,29
(+) OUTROS SERVIÇOS/DESPESAS ADICIONAIS (HOSPEDAGENS, FRETES, ETC) (R\$)				CIF	
VALOR TOTAL COM FRETE (R\$)				R\$	24.933,04
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)				R\$	24.933,04

000074

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 1 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luiz Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 5-098-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA DELISA PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADO.

A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **DELISA PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA**, com Sede na Rua Figueiredo Rocha, nº 114, Vigário Geral, Rio de Janeiro/RJ (CEP: 21.240-660), inscrita no CNPJ sob o nº 29.019.551/0001-89, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente CONTRATO, em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente CONTRATO tem por objeto o fornecimento de **TAMPÃO ARTICULADO EM POLIPROPILENO NA COR AMARELA**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 - O presente CONTRATO tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considera Dispensável a realização de licitação, para serviços e compras de pequeno valor, bem como o RILC da POTIGÁS e está vinculado ao PCM nº 2-111-21, parte integrante do presente CONTRATO, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de CONTRATO, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste CONTRATO, são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: "PO 2022/2023 – Investimentos – Materiais para Compra".

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente CONTRATO é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente CONTRATO é de **R\$21.024,99 (vinte e um mil, vinte e quatro reais e noventa e nove centavos)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste CONTRATO), observado o disposto na Cláusula Nona deste instrumento.

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 2 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Advogado Jurídico

5.2 - O valor total previsto para o objeto do presente CONTRATO, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a CONTRATANTE não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos produtos serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

5.3 - Na elaboração da proposta foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no item 11 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO:

7.1 - As condições para FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO estão estabelecidas no item 7 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).


10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, em sua atual redação.

10.1.1 - A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016.

10.1.1.1 - A CONTRATADA se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016 e o disposto na Matriz de Riscos.

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 3 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor. _____ Luis Gustavo Alves Smith Advogado Jurídico
--	---

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a CONTRATANTE.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio CONTRATO e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do CONTRATO e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016.

10.2 - A CONTRATADA poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no Item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE, serão processadas mediante Termo Aditivo.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A inexecução total ou parcial deste CONTRATO poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste CONTRATO:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CONTRATANTE, observado o RILC;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

i. Não admitidas no instrumento convocatório e no CONTRATO;

ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;

iii. Quando resultar prejuízo a execução do CONTRATO;

iv. Quando não autorizado pela CONTRATANTE.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do CONTRATO;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da CONTRATADA;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do CONTRATO;

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 4 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luiz Gustavo Alves Smith
Professor Jurídico

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar **LICITANTE**, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;



XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos Incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 5 de 24	<p style="text-align: center;">VISTO</p> <p>Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p style="text-align: right;">  Luis Gusmano Alves Smith Advogado Jurídico </p>
--	---

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da POTIGÁS, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste CONTRATO poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da CONTRATADA terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste CONTRATO e no RILC da POTIGÁS:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 6 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luiz Cristiano Alves Smith
Assessor Jurídico

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no item 12 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidos no item 13 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da CONTRATANTE ou inobservância da CONTRATADA às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste CONTRATO, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este CONTRATO, sem expressa e prévia anuência da CONTRATANTE.

15.2 - A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente CONTRATO, salvo autorização prévia por escrito da CONTRATANTE. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a CONTRATANTE opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.



15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a CONTRATADA de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente CONTRATO consta no Termo de Referência (Anexo I do CONTRATO).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 7 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor, COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS.  Luiz Gustavo Alves Smith Assessor Jurídico
--	--

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no Item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

17.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

17.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

18.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS, na Lei Federal nº 13.303/2016, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 8 de 24	<p style="text-align: center;">VISTO</p> <p>Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da COMARCA DA PRAIA DE GUAS, Legislação em vigor.</p> <p style="text-align: right;">Luis Gustavo Peres Smith Assessor Jurídico</p>
--	---

contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS ANEXOS:

19.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente CONTRATO, assim enumerados:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
 ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO:

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CONTRATO, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do CONTRATO, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 01 de Dezembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:


 Larissa Dantas Gentile
 Diretora Presidente


 Eliana de Menezes Bandeira
 Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:


 Andrea Ferreira Chaves de Almeida
 Responsável Legal
 CPF/MF: 023.378.137-46

TESTEMUNHAS:


 Hugo César da Rocha Ribeiro
 CPF/MF: 070.767.334-80


 Rodolpho Paulino de Almeida
 CPF/MF: 113.990.444-27

000058

<p>CONTRATO Nº 5-098-21 Página 9 de 24</p>	<p>VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com a legislação em vigor.</p> <p><i>Luiz Gustavo Alves Smith</i> Assessor Jurídico</p>
---	---

PELA FISCALIZAÇÃO:

[Assinatura]
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
Gerente Administrativo e de Suprimentos
Gestor do CONTRATO

[Assinatura]
Aline Polliana Lobato Ribeiro Teixeira Lima
Analista de Suprimentos
Primeiro Fiscal do CONTRATO

[Assinatura]
João Solon de Medeiros Júnior
Técnico Administrativo
Segundo Fiscal do CONTRATO

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]



CONTRATO Nº 5-098-21
Página 10 de 24

VISTO
Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente
examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da
Legislação em vigor.

Auris Constantino Alves Smith
Procurador Jurídico

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ÍNDICE DE REVISÕES								
Revisão	Item		Alteração					
	4.1.		Definição de quantitativo mínimo para cada pedido.					
	7.1.1.		Definição do prazo de entrega após definição de layout das					
	7.2.1.		peças.					
			Retirada da possibilidade de entrega em outros locais do Rio					
	7.4.2.		Grande do Norte.					
	7.5.1.		Definição de quantitativo mínimo para cada pedido.					
	7.5.1.1.		Retirada da garantia de 18 (dezoito) meses.					
	8.1.2. e 8.1.2.1.		Frete apenas para Macaíba/RN.					
	8.1.5.1.		Definição com relação ao ICMS ST e DIFAL de ICMS.					
	8.1.6.		Retirada do termo "visitas técnicas".					
	8.1.7.2.		Retirada do texto integralmente.					
			Inclusão do termo "sobre defeitos de fabricação".					
	1.	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F
Data	17/02/2020	28/04/2020						
Elaboração	Aline Polliana	Aline Polliana						
Verificação	Ricardo Wagner	Ricardo Wagner						
Aprovação	Ricardo Wagner	Ricardo Wagner						

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 11 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor. COMPANHIA POTIGÁS DE GÁS  Luis Guilherme Alves Smith Presidente Jurídico
---	---

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de TAMPÕES ARTICULADOS EM POLIPROPILENO NA COR AMARELA para acesso e manobra de válvulas de bloqueio em Pead para os ramais da rede externa e de clientes da Potigás e TAMPAS SOBRESSALENTES, conforme condições e especificações constantes neste termo.

1.2 - O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns, de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 20.103/2007 e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade PREGÃO.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2020/2021, na conta: "PO 2022/2023 – Investimentos – Materiais Caixa".

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE FORNECIMENTO

4.1 - O regime de fornecimento da presente contratação será o **FORNECIMENTO PARCELADO** dos itens que compõe o objeto do Contrato, a partir da emissão da AF (Autorização de Fornecimento), sendo que para cada AF será solicitado no mínimo 56 unidades do Item 1, já o item 2 será requisitado em sua totalidade já na primeira AF.


5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.



6 - DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

6.1 - O levantamento dos quantitativos contratuais, relativos a presente contratação, levou em consideração o planejamento de materiais para os exercícios de 2022 e 2023, para atendimento das demandas das Gerências Técnica e de Operação e Manutenção, prevendo que o contrato terá um prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, conforme permite o artigo 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

6.2 - Será adquirida a seguinte quantidade de materiais:





 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 12 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.  Luis Gustavo Alves Smith Advogado Jurídico
---	---

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE
1	TAMPÃO ARTICULADO EM POLIPROPILENO NA COR AMARELA	UNIDADE	420

6.3 - Vide em anexo Especificação Técnica - E0000-ET-E04-430-008_Tampões para calçada de Plástico, encaminhado pela Gerência Técnica da POTIGÁS.

7 - DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

7.1 - PRAZO DE ENTREGA:

7.1.1 - O prazo de entrega dos materiais, relativos a cada Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da AF correspondente, pela CONTRATADA. Para o primeiro fornecimento, o prazo estipulado será contado a partir da data de aprovação do layout dos materiais, pela CONTRATANTE.

7.1.2 - A CONTRATADA informará a previsão da entrega do material, objeto do CONTRATO, 02 (dois) dias úteis antes da sua efetivação, e deverá confirmar, via e-mail, no próprio dia do despacho, o carregamento do material a ser enviado.

7.1.3 - A CONTRATADA poderá armazenar em suas dependências, em até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, materiais produzidos e solicitados por AF, cuja liberação para entrega não tenha sido autorizada por esta última.


7.1.4 - A CONTRATANTE poderá vir a suspender a(s) entrega(s) de materiais programada(s), desde que o processo de fabricação não tenha sido iniciado ou ainda no caso em que a CONTRATADA não tenha encomendado a matéria prima correspondente. No caso de a matéria prima já ter sido encomendada ou recebida pela CONTRATADA, as partes poderão, de comum acordo, considerar tal suspensão, de modo que tal encomenda possa ser cancelada ou redirecionada para outra finalidade.

7.1.5 - Os prazos de fornecimento, indicados pela CONTRATANTE, poderão ser alterados de acordo com as necessidades operacionais desta última.


7.1.6 - A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, após a conclusão da entrega de materiais relativa à determinada AF emitida pela CONTRATANTE, o envio do respectivo "Data Book" do fornecimento, incluindo os certificados de matérias primas, testes e ensaios realizados nos materiais, dentro do escopo do contrato de fornecimento, constando também os romaneios e relatórios de Inspeção de liberação para embarque que venham a ser eventualmente emitidos pela CONTRATANTE.

7.2 - LOCAL DE ENTREGA:

7.2.1 - A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em dias úteis, nos horários de 08:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas, na Central de Estoque da CONTRATANTE, situado na Rua Projetada, s/nº, (por trás da Coteminas) no Centro Industrial Avançado (CIA), em Macaíba/RN, nestes mesmos horários, devendo o objeto ser recebido e conferido pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e atestado pelo setor competente.

 _____ 

000060

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 13 de 24	<p style="text-align: center;">VISTO</p> <p>Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p style="text-align: right;">Luis Gustavo Alves Smith Autorizador Jurídico</p>
---	--

7.3 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.3.1 - O recebimento e aceitação dos materiais pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.3.1.1 - Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3.1.2 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1.2.1 - A **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pela fiscalização.

7.3.1.2.2 - Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização.

7.3.1.3 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7.3.1.3.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **CONTRATO**.

7.4 – FORMA DE ENTREGA:

7.4.1 - A **CONTRATADA**, caso solicitado pela **CONTRATANTE**, apresentará, a cada 15 dias, um relatório de acompanhamento dos processos de fornecimento (Programações de Entrega) dos materiais encomendados por esta última, o qual deverá constar, para cada Autorização de Fornecimento (AF) contratada, entre outras informações: quantidades encomendadas, etapas de fabricação, posicionamento do material pronto para despacho, quantidade despachada, a última nota fiscal com sua data e o destino indicado pela **POTIGÁS**, bem como o cronograma de todo o processo de fabricação dos lotes contratados.

7.4.2 - A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério exclusivo, dividir a entrega dos materiais em vários lotes com no mínimo 56 unidades, de acordo com a sua necessidade de consumo de material, devendo cada lote ser alvo de AF específica.



CONTRATO Nº 5-098-21
Página 14 de 24

VISTO
Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

7.4.3 - A **CONTRATANTE** poderá, dentro da vigência do **CONTRATO**, emitir e encaminhar à **CONTRATADA**, as AF's correspondentes a, no máximo, o valor total do **CONTRATO**.

7.4.4 - As notas fiscais, emitidas pela **CONTRATADA**, deverão referenciar o número do **CONTRATO** e da respectiva AF, emitidos pela **CONTRATANTE**.

7.4.5 - O transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como os custos e eventuais danos ocasionados nestes materiais ou em terceiros em decorrência destas movimentações, serão da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.4.5.1 - Da mesma forma se responsabilizará a **CONTRATADA** pelo transporte, carregamento e descarregamento dos materiais devolvidos, quando estes forem reprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, devido a defeito de fabricação ou danos verificados nos mesmos.

7.4.6 - A **CONTRATANTE** poderá **CANCELAR** o fornecimento de materiais reprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, não tendo a obrigação de solicitar a sua substituição.

7.4.7 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** designarão prepostos com poderes para tomar as providências que couberem a cada uma das partes no âmbito do **CONTRATO**.

7.4.8 - As comunicações, pedidos de informações e/ou esclarecimentos entre as partes contratantes far-se-ão sempre por intermédio de correspondências ou mensagens eletrônicas (e-mails) entre os seus prepostos.

7.5 - PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:

7.5.1 - A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos materiais objeto do **CONTRATO**, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, após a entrada dos mesmos, contados da data da entrega definitiva, bem como encaminhar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, os seguintes documentos:

- a) Certificados de qualidade ou declaração do fabricante onde esteja indicado expressamente que os materiais foram fabricados e obedecem rigorosamente à norma ABNT ou equivalente internacional;
- b) Declaração garantindo a qualidade dos materiais fornecidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a entrada dos mesmos em operação.

7.5.1.1 - A garantia citada no item acima compreende a recuperação ou substituição e transporte de/para o local de entrega dos materiais, citado no item 7.2.1, às expensas da **CONTRATADA**, dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como de qualquer dos seus componentes, que apresentem divergência de característica ou qualquer erro ou defeito de fabricação.

7.5.2 - A **CONTRATADA** deve garantir os produtos fornecidos à **CONTRATANTE**, substituí-los, quando os mesmos estiverem fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua entrega ou substituição.

7.5.3 - O prazo mínimo de garantia contra defeitos de fabricação a ser exigido deve ser o usual dos fabricantes.

7.5.4 - A **CONTRATADA** deverá prestar todo suporte técnico necessário a dirimir qualquer questionamento feito pela **CONTRATANTE**, relacionado ao objeto deste **CONTRATO**, devendo fornecer, sempre que solicitado por esta última, os seguintes documentos:

<p>CONTRATO Nº 5-098-21 Página 15 de 24</p>	<p>VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p><i>Eduardo Augusto Alves Smith</i> Advogado Jurídico</p>
--	---

a) Catálogos técnicos, literatura especializada, informações sobre matérias primas, características técnicas, procedimentos de produção, armazenamento e preservação dos materiais, dentre outros documentos técnicos requisitados e informações que sejam necessárias e suficientes para que se caracterize que os materiais fornecidos atendem às normas especificadas em características, qualidade e dimensões.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no CONTRATO e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.1.1 - Fornecer o objeto do CONTRATO rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CONTRATANTE.

8.1.2 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto do CONTRATO, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s), exceto a Diferença de Alíquota de ICMS (DIFAL), que será paga à Tributação Estadual pela CONTRATANTE.

8.1.2.1 - Caso sobre os materiais incidam ICMS ST, a CONTRATADA deverá incluir seu valor na proposta comercial, de modo que o seu custo já esteja contemplado no valor a ser pago pelo material à CONTRATADA.

8.1.3 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela CONTRATANTE, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, quando for o caso.

8.1.4 - Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do CONTRATO.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelo transporte, descarrego e seguro dos materiais objeto do CONTRATO, devendo os mesmos ser entregues à CONTRATANTE em perfeitas condições de uso.

8.1.5.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas com reposição dos materiais fornecidos, transporte, descarga e manutenção corretiva.

8.1.5.2 - Substituir, sem custos adicionais, qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido neste documento.

8.1.6 - Não se aplica.

8.1.7 - Responsabilizar-se diretamente pelo fornecimento dos materiais objeto do CONTRATO e, conseqüentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

8.1.7.1 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à CONTRATANTE.

CONTRATO Nº 5-098-21
Página 16 de 24

VISTO
Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente
examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da
Legislação em vigor.

Faís Gustavo Alves Smith
Advogado Jurídico

8.1.7.2 - Manter a CONTRATANTE livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência de defeitos de fabricação dos materiais, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.7.3 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.8 - Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.9 - Cumprir as determinações contidas no CONTRATO e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente Instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.10 - Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, quanto aos produtos fornecidos.

8.1.11 - Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

8.1.12 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no CONTRATO, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.13 - Cumprir com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal da República vigente, não empregando menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, salvo os menores, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



8.1.14 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.16 - Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela CONTRATADA no presente CONTRATO ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.17 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega dos materiais objeto do CONTRATO.

8.1.18 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da CONTRATANTE, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a CONTRATANTE.

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 17 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.  Luiz Gustavo Alves Smith Assessor Jurídico
---	---

8.1.19 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os produtos contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.20 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.21 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais, objeto deste **CONTRATO**, fixando-lhe prazos para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, está dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

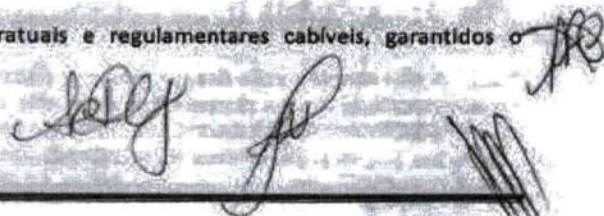
1.1. 8.2.9 - Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Autorizações de Fornecedor (AF's) correspondentes.

1.2.

8.2.10 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

1.3.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO



<p align="center">POTIGAS</p> <p align="center">CONTRATO Nº 5-098-21</p> <p align="center">Página 18 de 24</p>	<p align="center">VISTO</p> <p>Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p align="right">Eduardo Castanho Alves Smith Assessor Jurídico</p>
--	---

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela CONTRATADA ou por intermédio de boleto bancário, 20 (vinte) dias corridos após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela CONTRATADA, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução deste CONTRATO.

9.1.3 - A CONTRATANTE não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a CONTRATADA apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente CONTRATO, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xm1.nfe@potigas.com.br.

9.1.3.1 - Nos documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.3.1.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da CONTRATADA, para crédito do valor correspondente;

9.1.3.1.2 - O número do respectivo CONTRATO, firmado com a CONTRATANTE.

9.2 - A CONTRATANTE providenciará, diretamente pela Internet ou através do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da CONTRATADA, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da CONTRATADA providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a CONTRATANTE não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da CONTRATADA.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no CONTRATO, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do CONTRATO, por parte da CONTRATADA, constituem motivo de rescisão e asseguram à CONTRATANTE o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

POTIGÁS

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 19 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luiz Gustavo Alves Smith
Advogado Jurídico

9.3 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no CONTRATO e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATADA aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos objeto do CONTRATO, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da CONTRATANTE, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração MULTA MORATÓRIA de 2% (dois por cento) e JUROS DE MORA DIÁRIOS de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do CONTRATO será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do CONTRATO. Após esse período, a CONTRATADA fará jus ao reajuste dos preços contratados, observado o período estipulado acima, pela variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro que venha a substituí-lo.

11.1.1 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no CONTRATO e no RILC DA POTIGÁS, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 20 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao **REGISTRO CADASTRAL** da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo descumprimento dos prazos parciais de entrega do objeto contratado a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da respectiva parcela.

12.3.2 - Pelo descumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a 10% (dez por cento) do valor do **CONTRATO**:


a) Pela primeira vez, 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, 0,4% (quatro décimos por cento) do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de 100% (cem por cento) do valor do

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 21 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor. _____ Luis Gustavo Alves Amâncio
---	--

débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do CONTRATO, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do RILC DA POTIGÁS.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos.

CONTRATO Nº 5-098-21

Página 22 de 24

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da COMPANHIA POTIGUENSE de Seguros em vigor.

Luiz Gustavo Alves Smith
Advogado

eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no CONTRATO, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CONTRATANTE, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI - Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1 - A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela execução do CONTRATO. Logo, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa FISCALIZAÇÃO, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme Seção XII - Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do CONTRATO, de tudo dando ciência à CONTRATADA, recusando os materiais que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no CONTRATO.

13.6 - As decisões e providências sugeridas pela CONTRATADA ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassarem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.7 - Os materiais, objeto do CONTRATO, entregues pela CONTRATADA, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado CONTRATO e com a respectiva Nota Fiscal.

13.7.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela CONTRATADA, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no CONTRATO.

13.8 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do CONTRATO.

<p>POTIGÁS</p> <p>CONTRATO Nº 5-098-21</p> <p>Página 23 de 24</p>	<p>VISTO</p> <p>Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.</p> <p>_____ Luis Gustavo Alves Smith Advogado Jurídico</p>
--	--

13.9 - O GESTOR e os respectivos FISCAIS do CONTRATO ficam automaticamente designados no CONTRATO, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO descritas no instrumento contratual, bem como na Seção XII do RILC da POTIGÁS.

14 - DA MATRIZ DE RISCOS

14.1 - Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da CONTRATADA, já previstas no presente instrumento.

15 - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 - Não será exigida da CONTRATADA a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, prazo de garantia, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto.

16.1.1 - A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

16.2 - A CONTRATANTE poderá solicitar do fornecedor, o encaminhamento dos seguintes documentos, junto com sua proposta técnica comercial:

16.2.1 - Catálogos técnicos, literatura especializada, informações sobre matérias primas, características técnicas, procedimentos de produção, armazenamento e preservação dos materiais, dentre outros documentos técnicos requisitados e informações que sejam necessárias e suficientes para que se caracterize que os materiais ofertados atendem às normas especificadas em características, qualidade e dimensões.

17 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

17.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, referente à habilitação:

 CONTRATO Nº 5-098-21 Página 24 de 24	VISTO Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da COMPANHIA POTIGUAR de Regulação em vigor. Ass:  Assessor Jurídico
---	---

DOCUMENTO/CERTIDÃO
Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual
Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal
Prova de Regularidade perante o FGTS (CEF)
Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)

18 - DOS ANEXOS

18.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente Termo de Referência, assim enumerados:

ANEXO A - E0000-ET-E04-430-008_Tampões para calçada de Plástico

Elaboração:

Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
Gerente Administrativo e de Suprimentos

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCM Nº 2-111-21

PROponente: DELISA PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADO

CNPJ: 29.019.551/0001-89

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO IP (%)	VALOR DO IP (R\$)	VALOR TOTAL COM IP (R\$)	VALOR TOTAL
1	TAMPÃO ARTICULADO EM POLIPROPILENO NA COR AMARELA	LX.	420	43,53	15,00%	6,5295	50,06	21024,99
VALOR TOTAL (R\$)				21.024,99				
FRETE (R\$)				CIF (R\$ = 7%)				
DIFERENÇA DE ALÍQUOTA ICMS (RN+18%)*				2.312,75				
VALOR TOTAL COM IMPOSTOS (R\$)				R\$ 23.337,74				









CONTRATO Nº 5-101-21

Página 1 de 3

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO DE CONTRATO Nº 5-101-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A ASSOCIAÇÃO REDEPETRO RN.

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista do Estado do Rio Grande do Norte, com Sede Social na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), representada por seus Diretores infra-assinados, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **POTIGÁS**, e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO REDEPETRO RN**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.229.182/0001-93, situada na Rua José Leite, S/N, Senai-Ítalo Bolonha, Abolição, Mossoró/RN (CEP 59.619-100) neste ato representada por seu Responsável Legal infra-assinado, aqui denominada **BENEFICIÁRIA**, firmam como justo e acordado, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS, na Lei Federal nº13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e Instrução Normativa SECOM-PR Nº 01, de 8 de maio de 2009, este **CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO**, com as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A Participação da COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) no VI FÓRUM ONSHORE POTIGUAR, está prevista para ocorrer em 25 de novembro de 2021, data programada para execução do objeto do presente instrumento, podendo ocorrer em outro período, dentro do prazo de vigência do **CONTRATO** em tela, em Mossoró/RN, promovido pela empresa **BENEFICIÁRIA**.

1.2 - As diretrizes para a **POTIGÁS** e para a **BENEFICIÁRIA** são as estabelecidas no presente **CONTRATO** da **PARTICIPAÇÃO**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONTRAPARTIDAS:

2.1 - A **POTIGÁS** terá, como contrapartida do seu investimento:

- Externo: 2 Outdoor (1 *bisemana*);
- Mídia digital: Canal do youtube, instagram e linkedIn;
- Aplicação marca em todo material de divulgação impresso e digital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - O valor da **PARTICIPAÇÃO** da POTIGÁS no VI FÓRUM ONSHORE POTIGUAR é de **R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS)**, a ser depositado na conta corrente bancária indicada pela **BENEFICIÁRIA**, em parcela única, 20 (vinte) dias corridos após a conclusão do projeto e recebimento dos respectivos documentos de comprovação de prestação de contas e documentos fiscais e de apresentação dos documentos descritos no item 6.1.2 do edital e caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3.2 - Caso sejam constadas irregularidades na prestação de contas ou na apresentação dos documentos do item 3.1 acima, o prazo para pagamento será contado a partir da data da reapresentação, pela **BENEFICIÁRIA**, dos documentos devidamente corrigidos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **POTIGÁS**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no Plano Orçamentário da

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

POTIGÁS, relativo ao(s) exercício(s) de 2021, na conta: "PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.10.1".

5. CLÁUSULA QUINTA – DA COTA ÚNICA:

5.1 - Esta **PARTICIPAÇÃO** independe de outras cotas, não existindo ônus adicionais para a **POTIGÁS**.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **30 (trinta) dias**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação da **POTIGÁS**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

7.1 - O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido na hipótese de superveniência de norma legal, determinação de autoridade pública ou no caso de ocorrência de caso fortuito e/ou força maior que torne impraticáveis as operações ora ajustadas, devendo a **BENEFICIÁRIA** restituir, imediatamente e independente de aviso, à **POTIGÁS** o valor pago.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA:

8.1 - Apresentar, mensalmente, durante a vigência do presente **CONTRATO**, os documentos que comprovam a habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista.

8.2 - Garantir que as contrapartidas estabelecidas na cláusula segunda do presente **CONTRATO** sejam fielmente cumpridas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3 - Apresentar **mensalmente**, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, relatório que comprove os benefícios e contrapartidas concedidos à **POTIGÁS**, em decorrência do investimento realizado por esta última, anexando os comprovantes e registros publicitários pertinentes.

8.4 - Divulgar, em destaque, o nome da **POTIGÁS** em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, no local onde está sendo realizado, e nos eventos e ações dele decorrentes.

8.5 - As logomarcas da **POTIGÁS** deverão estar de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos no momento da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8.6 - Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir as obrigações ajustadas neste **CONTRATO**, no todo ou em parte, a terceiros, sem a prévia e expressa anuência da outra parte, bem como este **CONTRATO** não poderá servir de garantia bancária ou aval fiduciário.

8.7 - A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a devolver à **POTIGÁS** os valores eventualmente pagos, caso não seja realizado o Projeto por ela mesma apresentado quando da solicitação da **PARTICIPAÇÃO** ou se o mesmo for cancelado por quaisquer motivos.

8.8 - A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a apresentar, juntamente com o envio da nota fiscal correspondente a **PARTICIPAÇÃO** objeto do presente **CONTRATO**, a prestação de contas da aplicação dos recursos fornecidos pela **POTIGÁS**.



CONTRATO Nº 5-101-21

Página 3 de 3

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 - Fica estipulado, de comum acordo entre as partes, que será devida multa correspondente a até 10% do valor do presente CONTRATO, para a parte que infringir cláusulas contratuais.

9.2 - No caso da BENEFICIÁRIA ser considerada inadimplente, a POTIGÁS poderá, ainda, proceder a inscrição desta no cadastro de inadimplentes do SIAFI e no cadastro informativo de créditos não quitados (CADIN), quando a BENEFICIÁRIA não apresentar a prestação de contas final ou parcial dos recursos recebidos nos prazos regulamentares.

9.3 - Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO a POTIGÁS poderá ainda aplicar a sanção à BENEFICIÁRIA de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, devendo ser concedido a esta última o direito à ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

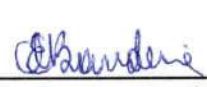
10.1 - Fica estabelecido o Foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa de qualquer outro, para quaisquer questões decorrentes deste CONTRATO.

Assim, por estarem de comum acordo, a POTIGÁS e a BENEFICIÁRIA firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do CONTRATO, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 22 de setembro de 2021.

PELA POTIGÁS:



Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente



Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA BENEFICIÁRIA:


Gutemberg Henrique Dias
Representante Legal
CPF/MF: 807.574.644-91

PELA FISCALIZAÇÃO DA POTIGÁS:



Cristiane Kelly Macedo da Silva Oliveira
Gestor do CONTRATO


Flávia Talita Lucena das Chagas Monteiro
Fiscal do CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1ª - 
Emanuelle Karla Feitosa Soares
CPF/MF: 103.883.784-76

2ª - 
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

	<p align="center">MINUTA PADRÃO DE CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS CAS Nº 8-102-21 Página 1 de 3</p>	<p>APROVAÇÃO: O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.</p>
---	--	---

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)	CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	CNPJ: 86.781.069/0001-15
ENDEREÇO: Avenida Sete de Setembro, nº 4698, Andar 3, Batel, Curitiba/PR (CEP 80.240-000)	FONE: (41) 2109-8666

OBJETO:
Inscrição de 01 (um) colaborador da POTIGÁS no Curso de Treinamento do 4º ENCONTRO NACIONAL DAS ESTATAIS, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 90 (noventa) dias corridos , contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	PRAZO PARA EXECUÇÃO: O prazo para conclusão dos serviços está prevista para ocorrer no período de 23 a 26 de novembro de 2021, data programada para execução do objeto do presente instrumento, podendo ocorrer em outro período, dentro do prazo de vigência do contrato em tela.	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$3.091,20 (três mil e noventa e um reais, vinte centavos).
--	--	---

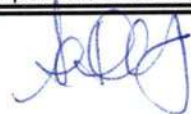
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a CONTRATADA multa moratória de, 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto, emitida pela CONTRATANTE , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela CONTRATADA no documento em questão. 2) A CONTRATADA pagará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do CONTRATO em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à CONTRATANTE , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.	IMPOSTOS: Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total. CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
---	---

RECURSOS FINANCEIROS:
Os recursos financeiros referentes as despesas decorrentes deste contrato são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, provenientes da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de **2021** desta Companhia, na conta “**PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.1.3.1**”.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.	MATRIZ DE RISCOS: Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da CONTRATADA , já previstas no presente instrumento.
---	--

CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS:
 1) Os pagamentos dos serviços objeto do presente contrato serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes (Nota Fiscal Eletrônica, fatura, dentre outros, conforme cada caso);
 2) A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente contrato no local acordado com a **CONTRATANTE**.

RESPONSABILIDADES DAS PARTES:
 Cabe a **CONTRATADA**: **1) Responder** pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados. **2) Verificar** todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer. **3) Cumprir** as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor. **4) Preservar** e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores. **5) Não** divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**. **6) Responsabilizar-se** pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços.






**MINUTA PADRÃO DE
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS
CAS N° 8-102-21
Página 2 de 3**

APROVAÇÃO: O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

contratados. **7) Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. **8) Não** empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente. **9) Fornecer** todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho. **10) Prover** seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho. **11) Responder** pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**. **12) Respeitar** as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**. **13) Realizar** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**. **14) Prestar** os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

Cabe a **CONTRATANTE**: **1) Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. **2) Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. **3) Notificar** à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas. **4) Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa. **5) Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. **6) Nomear** representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo. **7) Rejeitar**, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. **8) Fornecer** os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**. **9) Efetuar** as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

O presente contrato tem como fundamento legal o **Inciso II, f, do Artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que possibilita **CONTRATAÇÃO DIRETA** do objeto deste contrato, referente a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-132-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).


Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 01 (uma) via.


Natal/RN, 22 de setembro de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:


Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente


Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

 POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</small>	MINUTA PADRÃO DE CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS CAS N° 8-102-21 Página 3 de 3	APROVAÇÃO: O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.		
TESTEMUNHAS: <table><tr><td> Emanuelle Karla Feitosa Soares CPF/MF: 103.883.784-76</td><td> Ricardo Wagner Guilhermino Pereira CPF/MF: 595.822.274-00</td></tr></table>			 Emanuelle Karla Feitosa Soares CPF/MF: 103.883.784-76	 Ricardo Wagner Guilhermino Pereira CPF/MF: 595.822.274-00
 Emanuelle Karla Feitosa Soares CPF/MF: 103.883.784-76	 Ricardo Wagner Guilhermino Pereira CPF/MF: 595.822.274-00			
Pela FISCALIZAÇÃO: <table><tr><td> Edaniela Galvão Ramalho Gerente de Recursos Humanos Gestora do CONTRATO</td><td> Fernanda Caroline Diniz de Medeiros Fiscal do CONTRATO</td></tr></table>			 Edaniela Galvão Ramalho Gerente de Recursos Humanos Gestora do CONTRATO	 Fernanda Caroline Diniz de Medeiros Fiscal do CONTRATO
 Edaniela Galvão Ramalho Gerente de Recursos Humanos Gestora do CONTRATO	 Fernanda Caroline Diniz de Medeiros Fiscal do CONTRATO			

	CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) Nº 8-105-21 Página 1 de 2	VISTO O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	---

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)	CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: S N DOS SANTOS LEÃO EIRELI – NEUMA LEÃO	CNPJ: 10.528.295/0001-27
ENDEREÇO: Avenida Brigadeiro Gomes Ribeiro, nº 1465, Nova descoberta, Natal/RN (CEP: 59.056-520)	FONE: (84) 3234-4824
OBJETO: A presente CAS tem por objeto a contratação dos serviços de BUFFET PARA O EVENTO DE REUNIÃO ANUAL DE RESULTADOS 2021 DA POTIGÁS, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	
PRAZO PARA CONCLUSÃO: O prazo para conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$22.069,60 (vinte e dois mil, sessenta e nove reais e sessenta centavos).
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no item 12 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
IMPOSTOS: Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.	CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: O REAJUSTE DOS PREÇOS estão estabelecidos no item 11 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).
RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste Contrato são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta " PO 2021 - Investimentos – Melhoria – 1.4.2.7 ".	FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS: 1) A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato à POTIGÁS , devendo o recebimento e aceitação dos serviços serem atestados pela Fiscalização da CONTRATANTE . 2) A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE , responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste contrato, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.	
RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
FISCALIZAÇÃO: O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no item 13 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.	
VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 , que considera Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS , estando vinculado ao processo de contratação PCS Nº 3-127-21 , parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.	
MATRIZ DE RISCOS: Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-	



CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)
Nº 8-105-21
Página 2 de 2

VISTO
O presente instrumento foi previamente analisado e
está de acordo com a legislação vigente.

financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

Natal/RN, 10 de dezembro de 2021.

Larissa Dantas
Diretora Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

Pela **CONTRATADA**:

Severina Neuma dos Santos Leão
CPF/MF: 324.608.724-53
Representante Legal

TESTEMUNHAS:


Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

Rodolpho Paulino de Almeida
CPF/MF: 113.990.444-27

PELA FISCALIZAÇÃO:

Fernanda Caroline Diniz de Medeiros
Técnica Administrativa
Fiscal do **CONTRATO**

Edaniela Galvão Ramalho
Gerente de Recursos Humanos
Gestor do **CONTRATO**

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 1 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviço de buffet para realização do evento de **Reunião Anual de Resultados 2021** da Potigás, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021 na conta: **Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.10.1.**

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6 - DOS QUANTITATIVOS

6.1. Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANTIDADE
1	BUFFET	1	80 pessoas

7. DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

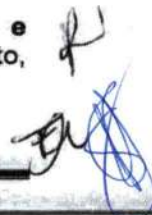
7.1. Realização:

7.1.1. O evento deverá ser realizado no dia **03/12/2021 ou 10/12/2021 (sexta-feira)**.

7.1.2. A permanência no local será no período de **12:00h às 16:00h**.

**O dia e horário poderão sofrer alterações, a ser definido em acordo com as partes.*

7.1.3. Deverão estar inclusos nos custos totais a disponibilização de: espaço, **ambientação e decoração do salão e recepção**, cutelaria, segurança, recepção, garçons, estacionamento, gerador de energia, entre outros serviços que sejam necessários para sua completa realização.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Página 2 de 14

Identificação
TR 22-004-21

OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021

7.2. Buffet:

7.2.1. O menu do buffet deverá oferecer no mínimo, o quantitativo de itens abaixo, os quais poderão ser modificados ou apresentados, de acordo com a sugestão da contratada, desde que acordado previamente com a contratante.

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	ENTRADAS VOLANTES	Finger Foods: 6 opções de entradas (fritos e assados variados).
2	MESA FIXA	Grazing Table: caprese de camarão, canapés, quiches, tábuas de frios (6 opções) Pratos quentes: filé ao molho escuro, massa ao pesto e parmesão, risoto de camarão, arroz com brócolis, batata assadas, salada de folhas, entre outros acompanhamentos.
	SOBREMESAS	2 tipos de Sobremesa: creme com morangos e torta alemã.
3	BEBIDAS	Água, suco de uva, suco de abacaxi com hortelã, refrigerante de cola e guaraná normal e diet, 100L de chopp.

OBS: Outro cardápio poderá ser sugerido pela CONTRATADA para apreciação e aprovação da CONTRATANTE, desde que não importe em perda da qualidade do serviço ou acréscimos ao recurso financeiro contratado. A CONTRATADA deverá especificar a qualidade das bebidas a serem fornecidas no evento.

7.2.2. As comidas e bebidas deverão ser servidas em temperatura adequada ao consumo, dentro do horário previamente combinado, devendo, portanto, a Contratada acondicioná-las corretamente para tal.


7.2.3. Deverá ser incluído no buffet a quantidade de bebidas para atender a quantidade de pessoas durante toda a duração do evento.

7.2.4. O buffet deverá ser servido fixo, estar disponível durante todo o evento, não devendo ser retirado após iniciado o consumo.

7.2.5. A consumação será administrada em consonância com as orientações da CONTRATANTE e de acordo com o cronograma do evento estabelecido pela mesma.

7.2.6. As entradas e sobremesas poderão ser servidas em porções individuais.

7.2.7. Os alimentos deverão ser servidos e acondicionados mantendo a temperatura e higiene adequadas ao consumo, que proporcionem sua perfeita conservação e sabor até o momento de serem consumidos.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 3 de 14	Identificação TR 22-004-21
OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021		

7.2.8. A CONTRATADA poderá sugerir outros sabores e recheios não especificados, para aprovação do CONTRATANTE, para melhor atendimento da sua demanda.

7.2.9. As bebidas deverão ser servidas volante, o almoço deverá ser disposto em mesa fixa, onde os itens poderão ser servidos para os convidados, em uma ou mais passagens.

7.2.10. No serviço deverá estar incluso o quantitativo de garçons e pessoal de apoio, que se fizerem necessário para a adequada realização do evento.

7.2.11. Deverá ser observado as orientações de higiene e limpeza, realtivos ao COVID-19, disponibilizar álcool em gel e luvas descartáveis para o serviço de buffet.

7.2.12. No serviço deverá estar incluso todos os custos com a cutelaria necessária, como travessas, réchauds, mesas, pratos, copos, jarras, cumbucas, talheres, toalhas, guardanapos, ornamentação de mesas, e demais itens que se fizerem necessário para a adequada realização do evento.

7.2.13. Toda estrutura do serviço deverá estar pronta antes do início do evento e os serviços deverão ser prestados com qualidade e pontualidade, em observância ao contrato firmado.

7.2.14. A CONTRATADA deverá apresentar sua equipe, com uniformes padronizados e de acordo com a função desempenhada, durante sua permanência no evento.

7.2.15. Os produtos solicitados deverão estar em perfeito estado de conservação, apresentando ótima aparência, consistência, odor, cor, textura e sabor característicos.

7.2.16. A **decoração/ambientação da área da CONTRATANTE** deverá ser elegante e que provoque impacto de forma positiva nos convidados, **através do uso de itens sofisticados, como cadeiras, puffs, mesas bistrô, iluminação cênica, plantas ornamentais, tapetes e painel com a marca da Potigas**, a fim de criar um ambiente que transmita a identidade visual da marca da Companhia.

7.2.17. A CONTRATADA deverá dispor de mesas, toalhas, **vasos com decoração para as mesas fixas e de convidados. As cores e modelos deverão ser apresentados a CONTRATANTE para sua escolha.**

7.2.18. A configuração da ambientação/decoração do espaço deverá ser previamente repassada a CONTRATANTE para sua aprovação.

7.3. Amostras


7.3.1. As empresas participantes da contratação originária deste Termo poderão oferecer amostras dos seus produtos para apreciação de suas propostas pela área solicitante.

7.3.2. A empresa declarada vencedora provisoriamente, está obrigada a encaminhar AMOSTRAS dos itens do cardápio sugerido (item 7.2.1.), suficiente para atender a 01 (uma) pessoa, em máximo de até 03 (três) dias úteis.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 4 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.

8.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do **CONTRATO**.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**.


8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.12.1 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 5 de 14</p>	<p align="center">Identificação TR 22-004-21</p>
	<p align="center">OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021</p>	

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o **inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no **CONTRATO**.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.22.1 - Responder pelas despesas, decorrentes de alojamento, alimentação, transporte (inclusive nos locais de execução dos serviços), assistência médica e de pronto socorro, que forem devidos ao seu pessoal.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do **CONTRATO**.



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 6 de 14

Identificação
TR 22-004-21**OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021**

8.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.30 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.31 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.32 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.33 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do contrato perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.


8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

 <p>POTIGAS SISTEMA POTIGAS DE GÁS</p>	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 7 de 14</p>	<p align="center">Identificação TR 22-004-21</p>
<p align="center">OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021</p>		

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou ao fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - Os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da **FISCALIZAÇÃO** ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), ao final da prestação dos serviços ou fim do período de medição.


9.1.3.1 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.3.1.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.3.1.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades,




	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 8 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas neste **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** é reservado o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito no **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

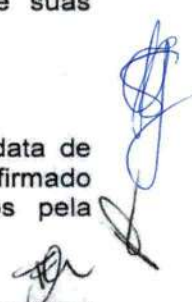
9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.


9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,20% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **02 (dois) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 9 de 14	Identificação TR 22-004-21
OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021		

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao **REGISTRO CADASTRAL** da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.


12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 10 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATORIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.


§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



	<p align="center">ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 11 de 14</p>	<p align="center">Identificação TR 22-004-21</p>
<p align="center">OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021</p>		

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os citados serviços, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.


13.2 - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante no local da execução dos serviços, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, como também sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da Fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material

 POTIGAS <small>COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</small>	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 12 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.10 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.11 - A fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.12 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.13 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.14 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** descritas no ANEXO III do instrumento contratual, bem como na Seção XII do **RILC** da **POTIGÁS**.

14 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO


14.1. A medição do serviço contratado será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, efetivamente executados, quantificados pela **CONTRATANTE** e, apurados pela **FISCALIZAÇÃO** do respectivo **CONTRATO**.

14.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (**DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

15 - MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.




	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 13 de 14	Identificação TR 22-004-21
	OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021	

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1. A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, referente à habilitação:

Caso a contratada seja **PESSOA JURÍDICA**:

DOCUMENTO/CERTIDÃO
Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual
Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal
Prova de Regularidade perante o FGTS
Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)
Atestado de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já executou serviços de características semelhantes às dos objetos desta contratação.

Natal/RN, 21 de setembro de 2021.


Fernanda Caroline Diniz de Medeiros
 Técnica Administrativa


Edaniela Galvão Ramalho
 Gerente de Recursos Humanos



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Página 14 de 14

Identificação
TR 22-004-21

OBJETO: BUFFET REUNIÃO ANUAL 2021

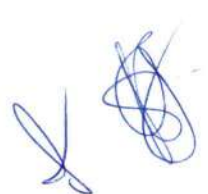
ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-127-21

PROponente: S N DOS SANTOS LEÃO EIRELI – NEUMA LEÃO

CNPJ: 10.528.295/0001-27

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE DE PESSOAS	NEUMA LEÃO	
			Valor Parcial (R\$)	
1	BUFFET	80	275,87	
VALOR PARCIAL (R\$)			22.069,60	
VALOR TOTAL COM IMPOSTOS (R\$)			R\$	22.069,60



000048

**ORDEM DE COMPRA (OC)****Nº 7-107-21**

Página 1 de 2


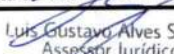
VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)		CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA		CNPJ: 40.841.728/0135-72
ENDEREÇO: Rua Amaro Barreto, 1.270, Alecrim, Natal/RN – CEP 59.040-450		FONE: (84) 98898-1956
OBJETO: Fornecimento de Eletrodomésticos, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	PRAZO DE FORNECIMENTO: O prazo máximo de entrega dos materiais será de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA .	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$3.201,30 (três mil, duzentos e um reais e trinta centavos)
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	IMPOSTOS: Todos os impostos, frete e taxas estão inclusos no preço total.	CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros ao atendimento deste CONTRATO são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta “PO 2021 - Investimentos – Item 2.3.1”.		FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA: CIF – Natal/RN. A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em dias úteis, nos horários das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas, na Sede da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) – na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e atestado pelo setor competente.		
CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).		
RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As RESPONSABILIDADES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).		
FISCALIZAÇÃO: A FISCALIZAÇÃO do objeto ora contratado será realizada pelos profissionais pertencente ao quadro da CONTRATANTE , infra-assinados, com poderes para verificar o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições. A FISCALIZAÇÃO terá os mais amplos poderes necessários ao exercício de suas atribuições fiscalizadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE , não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelo fornecimento dos materiais/equipamentos ora contratados. O GESTOR e os respectivos FISCALIS deste contrato que subscreverem ficam automaticamente designados.		
RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.		
VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 , que considerada Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS, estando vinculado ao processo de contratação nº PCM Nº 2-121-21 , que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.		
MATRIZ DE RISCOS: Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-		

34

 POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUENSE DE GÁS</small>	ORDEM DE COMPRA (OC) Nº 7-107-21 Página 2 de 2	VISTO O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.  Luis Gustavo Alves Smith Assessor Jurídico
--	--	---

financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Ordem de Compra (OC) se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

Natal/RN, 30 de dezembro de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:



Larissa Dantas
Diretora Presidente



Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA FISCALIZAÇÃO:



Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
Gerente Administrativo e de Suprimentos
Gestor do **CONTRATO**



João Solon de Medeiros Júnior
Técnico Administrativo
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**



Aline Poliana Lobato Ribeiro Teixeira Lima
Analista de Suprimentos
Segundo Fiscal do **CONTRATO**

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS – PPU

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	MICRO-ONDAS ELECTROLUX MEO44 BR 220V	2	R\$ 664,00	R\$ 1.328,00
5	ASPIRADOR DE PÓ ELECTROLUX HIDROLUX PTO 220V 1250W ÁGUA E PÓ	1	R\$ 283,30	R\$ 283,30
6	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS SEMP TCL TAC-12CSA BR 220V	1	R\$ 1.590,00	R\$ 1.590,00
Valor Total			R\$	3.201,30

**ORDEM DE COMPRA (OC)****Nº 7-108-21**

Página 1 de 2

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)		CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: NATAL SERVICE LTDA		CNPJ: 08.412.520/0003-85
ENDEREÇO: Avenida Presidente Bandeira, 789, Alecrim, Natal/RN, CEP 59.031-200		FONE: (84) 3311-0011
OBJETO: Fornecimento de Eletrodomésticos, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	PRAZO DE FORNECIMENTO: O prazo máximo de entrega dos materiais será de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA .	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$1.917,00 (um mil, novecentos e dezessete reais)
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	IMPOSTOS: Todos os impostos, frete e taxas estão inclusos no preço total.	CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros ao atendimento deste CONTRATO são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta " PO 2021 - Investimentos - Item 2.3.1 ".		FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA: CIF - Natal/RN. A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em dias úteis, nos horários das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas, na Sede da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) - na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e atestado pelo setor competente.		
CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).		
RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As RESPONSABILIDADES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).		
FISCALIZAÇÃO: A FISCALIZAÇÃO do objeto ora contratado será realizada pelos profissionais pertencente ao quadro da CONTRATANTE , infra-assinados, com poderes para verificar o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições. A FISCALIZAÇÃO terá os mais amplos poderes necessários ao exercício de suas atribuições fiscalizadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE , não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelo fornecimento dos materiais/equipamentos ora contratados. O GESTOR e os respectivos FISCALIS deste contrato que subscreverem ficam automaticamente designados.		
RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.		
VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considerada Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS, estando vinculado ao processo de contratação nº PCM Nº 2-121-21, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.		
MATRIZ DE RISCOS: Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-		

	ORDEM DE COMPRA (OC) Nº 7-108-21 Página 2 de 2	VISTO O presente instrumento foi previamente analisado e esta de acordo com a legislação vigente.  Luis Gustavo Alves Smith Assessor Jurídico
---	--	---

financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Ordem de Compra (OC) se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:
 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
 ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU


Natal/RN, 30 de Dezembro de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:


 Larissa Dantas
 Diretora Presidente


 Eliana de Menezes Bandeira
 Diretora Administrativa e Financeira

PELA FISCALIZAÇÃO:


 Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
 Gerente Administrativo e de Suprimentos
 Gestor do **CONTRATO**


 João Solon de Medeiros Júnior
 Técnico Administrativo
 Primeiro Fiscal do **CONTRATO**


 Aline Polliana Lobato Ribeiro Teixeira Lima
 Analista de Suprimentos
 Segundo Fiscal do **CONTRATO**

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
3	CAFETEIRA 8 LITROS MODELO MASTER, MARCA MARCHESONI. POTENCIA DE 1.300W	1	R\$ 983,00	R\$ 983,00
4	CAFETEIRA 6 LITROS MODELO TRADICIONAL, MARCA MARCHESONI. POTENCIA DE 1.300W	1	R\$ 934,00	R\$ 934,00
Valor Total			R\$	1.917,00

	CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) Nº 8-110-21 Página 1 de 2	VISTO O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	---

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)	CNPJ: 70.157.896/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	FONE: (84) 3204-8500
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: ENDAIRA MORO LOPES 32505151830 (EMUSICAL)	CNPJ: 31.518.176/0001-63
ENDEREÇO: Rua Ferro Cardoso, nº 148, Rocas, Natal/RN (CEP: 59.012-140)	FONE: (84) 99909-1454
OBJETO: A presente CAS tem por objeto a contratação dos serviços de ATRAÇÃO MUSICAL PARA O EVENTO DE REUNIÃO ANUAL DE RESULTADOS 2021 DA POTIGÁS, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	
PRAZO PARA CONCLUSÃO: O prazo para conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA	VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$2.700,00 (vinte mil, setecentos reais).
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no item 12 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
IMPOSTOS: Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.	CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: O REAJUSTE DOS PREÇOS estão estabelecidos no item 11 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).
RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste Contrato são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta " PO 2021 - Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.10.1 ".	FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS: 1) A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato à POTIGÁS , devendo o recebimento e aceitação dos serviços serem atestados pela Fiscalização da CONTRATANTE . 2) A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE , responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste contrato, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.	
RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
FISCALIZAÇÃO: O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no item 13 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).	
RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.	
VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considerada Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS , estando vinculado ao processo de contratação PCS Nº 3-128-21 , parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.	
MATRIZ DE RISCOS: Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação,	



**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-110-21**

Página 2 de 2

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.


DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

Natal/RN, 14 de Dezembro de 2021.**Larissa Dantas**
Diretora Presidente**Eliana de Menezes Bandeira**
Diretora Administrativa e Financeira**Pela CONTRATADA:****Endaira Moro Lopes**
CPF/MF: 324.608.724-53
Representante Legal**TESTEMUNHAS:****Ricardo Wagner Guilherme Pereira**
CPF/MF: 595.822.274-00**Rodolpho Paulino de Almeida**
CPF/MF: 113.990.444-27**PELA FISCALIZAÇÃO:****Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**
Técnica Administrativa
Fiscal do **CONTRATO****Edaniela Galvão Ramalho**
Gerente de Recursos Humanos
Gestor do **CONTRATO**

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 1 de 12	Identificação TR 22-003 -21
	OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021	

1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviço de atração musical para realização do evento de **Reunião Anual de Resultados 2021** da Potigás, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021 na conta: **Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.10.1.**

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6 - DOS QUANTITATIVOS

6.1. Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANTIDADE
1	ATRAÇÃO MUSICAL	1	4 HORAS

7. DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Realização:

7.1.1. O evento deverá ser realizado no dia **03/12/2021** ou **10/12/2021 (sexta-feira)** para 80 pessoas.

7.1.2. A permanência no local será no período de **12h às 16:00h**.

7.1.3. Local: **espaço fechado, a ser definido pela contratada**.

*O dia e horário poderão sofrer alterações, a ser definido em acordo com as partes.



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 2 de 12

Identificação
TR 22-003 -21**OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021**

- 7.1.4. A banda deverá dispor de, no mínimo, 3 músicos, composto por voz, violão, bateria, e outros instrumentos necessários a realização do repertório escolhido pela CONTRATANTE.
- 7.1.5. A apresentação deverá ter duração mínima de 4hs, podendo ser seguida ou intercalada, a critério da CONTRATANTE.
- 7.1.6. A CONTRATADA deverá dispor de todo material necessário para a apresentação, como mesa de som, microfones, caixas de som, iluminação, entre outros.
- 7.1.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar sua estrutura de som para disponibilizar som ambiente ao evento no período que antecede a sua apresentação.
- 7.1.8. Os integrantes da banda deverão vestir-se em esporte fino ou social para atender a dresscode do evento.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.

8.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.


8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do **CONTRATO**.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 3 de 12	Identificação TR 22-003 -21
OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021		

8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.12.1 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.


8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no **CONTRATO**.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.22.1 - Responder pelas despesas, decorrentes de alojamento, alimentação, transporte (inclusive nos locais de execução dos serviços), assistência médica e de pronto socorro, que forem devidos ao seu pessoal.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 4 de 12	Identificação TR 22-003 -21
	OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021	

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do **CONTRATO**.

8.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.30 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.31 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.


8.1.32 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.33 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do contrato perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

[Handwritten signature]

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 5 de 12	Identificação TR 22-003 -21
OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021		

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou ao fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 6 de 12

Identificação
TR 22-003 -21**OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021**

9.1.3 - Os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), ao final da prestação dos serviços ou fim do período de medição.

9.1.3.1 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.3.1.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.3.1.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:


- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas neste **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** é reservado o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito no **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 7 de 12	Identificação TR 22-003 -21
OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021		

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,20% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **02 (dois) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

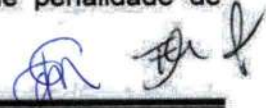
PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.


12.1.1 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao **REGISTRO CADASTRAL** da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 8 de 12	Identificação TR 22-003 -21
	OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021	

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATORIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.



	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 9 de 12	Identificação TR 22-003 -21
OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021		

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os citados serviços, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante no local da execução dos serviços, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, como também sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Página 10 de 12

Identificação

TR 22-003 -21

OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021

fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da Fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.10 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.11 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.12 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.13 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Página 11 de 12	Identificação TR 22-003 -21
	OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021	

13.14 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** descritas no **ANEXO III** do instrumento contratual, bem como na **Seção XII** do **RILC** da **POTIGÁS**.

14 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO

14.1. A medição do serviço contratado será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, efetivamente executados, quantificados pela **CONTRATANTE** e, apurados pela **FISCALIZAÇÃO** do respectivo **CONTRATO**.

14.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (**DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

15 - MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1. A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, referente à habilitação:

Caso a contratada seja **PESSOA JURÍDICA**:

DOCUMENTO/CERTIDÃO
Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Página 12 de 12

Identificação
TR 22-003 -21

OBJETO: ATRAÇÃO MUSICAL REUNIÃO ANUAL 2021

Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal

Prova de Regularidade perante o FGTS

Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)

Atestado de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já executou serviços de características semelhantes às dos objetos desta contratação.

Natal/RN, 21 de setembro de 2021.


Fernanda Caroline Diniz de Medeiros
Técnica Administrativa


Edaniela Galvão Ramalho
Gerente de Recursos Humanos



ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-XXX-XX

PROponente: ENDAIRA MORO LOPES 32505151830 (EMUSICAL) CNPJ: 31.518.176/0001-63

GRUPO ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	VALOR PARCIAL
1	ATRAÇÃO MUSICAL	1	2.700
VALOR TOTAL:			R\$ 2.700,00

Local, [...] de [...] de 20[...]

[Nome e assinatura do Responsável Legal pela PROPONENTE]
(Preencher em papel timbrado da empresa)



Página 1 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-133-19

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **AIG SEGUROS BRASIL S.A.**, com Sede na Av. Chucrí Zaidan, 296, 17º e 18º andar, CEP 04583-110, Vila Cordeiro, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.040.981/0001-50, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-133-19, que tem por objeto a prestação dos serviços de seguros de responsabilidade civil de administradores (DIRECTORS & OFFICERS) e de responsabilidade civil de administradores por práticas trabalhistas - EPL (Employment Practices Liability), assinado em 05/12/2019, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no seu item 4.1, e manter o valor total anual, estabelecido no item 5.1, do Contrato nº 5-133-19.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-133-19 fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando de 24 (vinte e quatro) para 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para o dia **03/12/2022**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITAMENTO E GLOBAL DO CONTRATO

3.1 - Fica mantido o valor total anual estabelecido na cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 5-133-19, de **R\$117.939,95 (cento e dezessete mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos)**.

3.2 - A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos valores contratuais do período total de 60 (sessenta) meses, decorrentes do contrato e seu aditamento:

HISTÓRICO	VALOR GLOBAL (R\$)
CONTRATO (12 MESES)	117.939,95
ADITIVO Nº 01 (12 MESES)	117.939,95
ADITIVO Nº 02 (12 MESES)	117.939,95
TOTAL ATUALIZADO	353.819,85

4. CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1. Os valores unitários do Contrato nº 5-138-19 serão reajustados em 14,34% (quatorze virgula trinta e quatro por cento), a partir de 03/12/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS QUANTITATIVOS DA PPU

5.1 - O valor total de **R\$134.852,53 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**, corresponde aos seguintes quantitativos da PPU:





Página 2 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente. COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-133-19

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QTDE	CONTRATO 5-133-19	ADITIVO 01		ADITIVO 02			
				VALOR ANUAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	REAJUSTE	VALOR ANUAL (R\$)
1	D&O	ANUAL	1	58.939,95	58.939,95	117.879,90	58.939,95	176.819,85	14,34%	67.391,93
2	PRÁTICAS TRABALHISTAS	ANUAL	1	59.000,00	59.000,00	118.000,00	59.000,00	177.000,00	14,34%	67.460,60
Valor Total (R\$)				117.939,95	117.939,95	235.879,90	117.939,95	353.819,85	134.852,53	

6. CLÁUSULA SEXTA – FUNDAMENTO LEGAL

6.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-133-19, bem como nos artigos 68 e 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos artigos 186 e 188 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2022, na conta: "PO 2021/2022 - Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.3.1".

8. CLÁUSULA OITAVA – RATIFICAÇÃO

8.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 24 de Novembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:


Larissa Dantas
Diretora Presidente


Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:

LUIS RICARDO
SOUZA DE
ALMEIDA:81626878
749

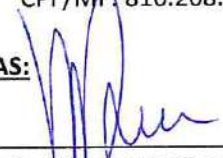
Assinado de forma digital
por LUIS RICARDO SOUZA
DE ALMEIDA:81626878749
Dados: 2021.11.25 10:13:43
+03'00'

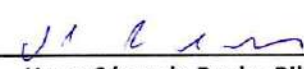
Luis Ricardo Souza de Almeida
Diretor
CPF/MF: 816.268.787-49


Digitally signed by EDSON
LIMA DE SOUZA:94925828720

Edson Lima de Souza
Diretor
CPF/MF: 949.258.287-20

TESTEMUNHAS:

1ª - 
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

2ª - 
Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80





ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS
Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-061-20

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº 675 - Tirol - Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **ACCELL SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA**, com Sede na Avenida Joaquim Boer, 792 - Santa Cruz, Americana/SP - CEP 13.477-360, inscrita no CNPJ sob o nº 60.882.719/0006-30, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 5-061-20, que tem por objeto o fornecimento de **MEDIDORES DE VAZÃO DO TIPO DIAFRAGMA**, assinado em 16/10/2020, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é acrescer em 13,33% (treze virgula trinta e três por cento) o valor total do Contrato nº 5-061-20, estabelecido no seu item 5.1 do Contrato nº 5-061-20.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO VALOR TOTAL

2.1 - O valor total do Contrato em referência fica acrescido em mais **R\$14.929,22 (quatorze mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos)**, passando de **R\$111.990,81 (cento e onze mil, novecentos e noventa reais e oitenta e um centavos)** para **R\$126.920,03 (cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte reais e três centavos)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN.	QTDE	CONTRATO 5-061-20		ADITIVO 02		TOTAL	
				VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	MEDIDOR VOLUMETRICO DE VAZAO TIPO DIAFRAGMA - G 4	un	210	287,10	60.291,10	52	14.929,22	262	75.220,33
2	MEDIDOR VOLUMETRICO DE VAZAO TIPO DIAFRAGMA - G 6	un	55	939,99	51.699,71	0	0,00	55	51.699,71
VALOR TOTAL				R\$	111.990,81	R\$	14.929,22	R\$	126.920,03

3. CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 10.1.1 da Cláusula Décima do Contrato nº 5-061-20, bem como no **§ 1º do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016** e no **§ 1º do artigo 174**, no **§ 2º do artigo 191** e no **artigo 270 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste ACRÉSCIMO, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021, na conta: “**PO 2021 - Investimentos – Materiais para Compra**”.

5. CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

5.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.



Página 2 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-061-20

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 24 de dezembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:


Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente


Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:


HENRIQUE GUSTAVO DA
COSTA:01231711647

Assinado de forma digital por HENRIQUE
GUSTAVO DA COSTA:01231711647
Dados: 2021.12.01 10:25:02 -03'00'


Henrique Gustavo da Costa
Responsável Legal
CPF/MF: 012.317.116-47

TESTEMUNHAS:

1ª -


Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

2ª -


Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-136-19

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **SH4 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA (PROCESSO ÁGIL)**, com Sede na Rua da Bronzita, 1917 - Sala 07, Lagoa Nova, Natal/RN (59.076-500), inscrita no CNPJ sob o nº 11.760.169/0001-66, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-136-19, que tem por objeto a prestação dos serviços de gestão de acompanhamento e informação das movimentações/ andamentos e das publicações dos processos judiciais em que a POTIGÁS figure como parte, no âmbito da Justiça Estadual, Federal e Trabalhista, com o objetivo de informar quando houver alguma movimentação e/ou publicação nos processos físicos ou eletrônicos, assinado em 19/11/2019, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no seu item 4.1, e manter o valor total, estabelecido no item 5.1, do Contrato nº 5-136-19.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-136-19 fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando de 24 (vinte e quatro) para 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para o dia **19/11/2021**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITAMENTO E GLOBAL DO CONTRATO

3.1 - Fica mantido o valor total anual estabelecido na cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 5-136-19, de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

3.2 - A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos valores contratuais do período total de 36 (trinta e seis) meses, decorrentes do contrato e seu aditamento:

HISTÓRICO	VALOR GLOBAL (R\$)
CONTRATO (12 MESES)	7.200,00
ADITIVO Nº 01 (12 MESES)	7.200,00
ADITIVO Nº 02 (12 MESES)	7.200,00
TOTAL ATUALIZADO	21.600,00

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS QUANTITATIVOS DA PPU

4.1 - O valor total de **R\$21.600,00** (vinte e um mil e seiscentos reais), corresponde aos seguintes quantitativos da PPU:

Item	Descrição do Objeto	UNID	QTDE	CONTRATO		ADITIVO 01		TOTAL CONTRATO + ADITIVO 01		ADITIVO 02		TOTAL CONTRATO + ADITIVO 02	
				Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇOS DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES DOS PROCESSOS JUDICIAIS	MÊS	12	600,00	7.200,00	600,00	7.200,00	600,00	14.400,00	600,00	7.200,00	600,00	21.600,00
VALOR TOTAL (R\$)				7.200,00		7.200,00		14.400,00		7.200,00		21.600,00	

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-136-19

5. CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTO LEGAL

5.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-136-19, bem como nos artigos 68 e 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos artigos 186 e 188 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2022, na conta: “ PO 2021/2022 - Despesas e Custo Operacionais – Item 2.2.1.8”.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RENÚNCIA DE REAJUSTAMENTO CONTRATUAL

7.1. A CONTRATADA renuncia ao reajuste citado no item 6.1 da CLÁUSULA SEXTA do Contrato nº 5-136-19, por entender que não é necessário ser realizado o equilíbrio econômico financeiro do valor nele fixado, uma vez que não ocorreram fatos que determinassem o contrário.

8. CLÁUSULA OITAVA – RATIFICAÇÃO

8.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

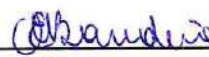
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 18 de Novembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

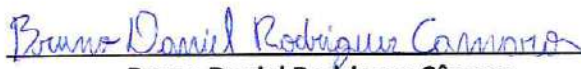


Larissa Dantas
Diretora Presidente



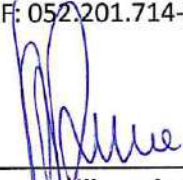
Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:



Bruno Daniel Rodrigues Câmara
Responsável Legal
CPF/MF: 052.201.714-29

TESTEMUNHAS:



Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00



Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80

[illegible]



Página 2 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 5-118-18

5. CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTO LEGAL

5.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-118-18, bem como nos artigos 68 e 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos artigos 186 e 188 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: “ PO 2022/2023 - Despesas e Custos Operacionais – Itens 1.1.2.4 e PO 2022/2023 - Investimentos – Item 3”.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

7.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 24 de Novembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente

Eliana de Meneses Bandeira
Diretora Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:

CLAUDIA
GUEDES
NASCIMENTO
SCALABRIN: 24
940952800

Assinado de forma
digital por CLAUDIA
GUEDES NASCIMENTO
SCALABRIN: 249409528
00
Dados: 2021.11.24
10:47:49 -03'00'

Cláudia Guedes Nascimento Scalabrin
Responsável Legal
CPF/MF: 249.409.528-00

SERGIO
RICARDO DE
AMORIM
MACEDO: 8709
7109734

Assinado de forma
digital por SERGIO
RICARDO DE AMORIM
MACEDO: 870971097
34
Dados: 2021.11.24
10:48:02 -03'00'

Sergio Ricardo de Amorim Macedo
Responsável Legal
CPF/MF: 870.971.097-34

TESTEMUNHAS:

Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80



Página 1 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS
 Luis Gustavo Alves Smith
 Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-018-20

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **ART & C COMUNICACAO INTEGRADA LTDA.**, com Sede na Avenida Nilo Peçanha, nº 338, Petrópolis, Natal/RN (CEP 59.012-300) inscrita no CNPJ sob o nº 02.692.183/0001-89, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-018-20, que tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade e propaganda, assinado em 17/03/2020, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no seu item 4.1, e alterar o valor total, estabelecido no item 5.1, do Contrato nº 5-018-20.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-018-20 fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando de 24 (vinte e quatro) meses para 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para o dia **17/03/2023**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITAMENTO E GLOBAL DO CONTRATO

3.1 - O valor total anual estabelecido na cláusula terceira, item 3.1, do Contrato nº 5-018-20, de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), permanecerá inalterado.

3.2 - A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos valores contratuais do período total de 36 (trinta e seis) meses, decorrentes do contrato e seu aditamento:

HISTÓRICO	VALOR GLOBAL (R\$)
CONTRATO (12 MESES)	600.000,00
ADITIVO Nº 01 (24 MESES)	600.000,00
ADITIVO Nº 02 (36 MESES)	600.000,00
TOTAL ATUALIZADO	1.800.000,00

4. CLÁUSULA QUARTA – RENÚNCIA

4.1 - A CONTRATADA renuncia a qualquer reajuste e concorda em prorrogar a vigência do citado contrato sem a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro dos valores nele tratados, por entender que não ocorreram fatos que determinassem o contrário.

5. CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTO LEGAL

5.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-018-20, bem como nos artigos 68 e 71 da **Lei Federal nº 13.303/2016** e nos artigos 186 e 188 do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)** da POTIGÁS.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

[Assinatura]

[Assinatura]



Página 2 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-018-20

6.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022/2023, na conta: "PO 2022/2023 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.9.3".

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

7.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 14 de Agosto de 2021.

PELA CONTRATANTE:

Larissa Dantas
Diretora Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:

Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara
Responsável Legal
CPF/MF: 655.307.214-00

TESTEMUNHAS:

1ª -

Emanuelle Karla Feitosa Soares
CPF/MF: 103.883.784-76

2ª -

Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00



ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente. COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 5-004-21

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº 675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **ILSEA A CAVALCANTI**, com Sede na Rua Monte Rei, nº 1201, Lote 639, Quadra 45, Planalto, Natal/RN (CEP 59.073-150), inscrita no CNPJ sob o nº 28.623.598/0001-94, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-004-21, que tem por objeto o fornecimento de MATERIAL DE COPA, que compreende gêneros alimentícios e materiais descartáveis, assinado em 22/03/2021, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é a revisão/reequilíbrio econômico-financeiro dos valores unitários dos itens 1, 5, 14 e 15 estabelecidos no Anexo II (Planilha de Preços Unitários - PPU) do Contrato nº 5-004-21.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO

2.1 - Em virtude da revisão/reequilíbrio econômico-financeiro dos valores unitários dos itens **1, 5, 14 e 15** estabelecidos no Contrato nº 5-004-21, segue abaixo a PPU devidamente atualizada:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CONTRATO Nº 5-004-21 - CONTRATADA: ILSEA A. CAVALCANTI		
		FABRICANTE/ MARCA	VALOR UNITÁRIO DO CONTRATO (R\$)	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO (R\$)
1	AÇÚCAR CRISTAL DE 1 KG	ESTRELA	3,38	4,05
2	AÇÚCAR REFINADO SACHÊ 5G (caixa com 400 unidades)	BELA SACHÊ	47,77	0,00
3	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO A BASE DE SUCRALOSE DE 100 ML	MARATÁ	2,21	0,00
4	ADOÇANTE DIETÉTICO EM PÓ SUCRALOSE SACHÊ DE 800 MG (caixa c/ 100 sachês)	UNIÃO	32,35	0,00
5	CAFÉ PURO CATEGORIA SUPERIOR (PREMIUM) OU GOURMETS DE 250 G	SANTA CLARA PREMIUM	6,18	7,70
6	CHÁ DE CIDREIRA DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	2,60	0,00
7	CHÁ DE MATE DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	4,54	0,00
8	CHÁ DE HORTELÃ DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	2,60	0,00
9	CHÁ DE BOLDO DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	2,73	0,00
10	CHÁ DE CAMOMILA DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	2,60	0,00
11	CHÁ VERDE DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	3,18	0,00
12	CHÁ DE ERVA DOCE DE 10G (caixa com 10 sachês)	MARATÁ	3,45	0,00
13	COADOR DE PANO PARA CAFÉ	CRISTAL	1,28	0,00
14	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA DE 180 ML (embalagem com 100 unidades)	ULTRA	4,48	4,90
15	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ DE 50 ML (embalagem com 100 unidades)	ULTRA	2,10	2,62
16	GUARDANAPO DE PAPEL (embalagem com 50 folhas)	ECONOMIQUE	0,53	0,00
17	MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ (embalagem com 250 unidades)	PLASAPEL	3,90	0,00



Página 2 de 2

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 5-004-21

3. CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 10.1 da Cláusula Décima do Contrato nº 5-004-21, bem como no **Inciso VI do Artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/16 e no Artigo 192 e 207 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.**

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste revisão/reequilíbrio econômico-financeiro, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2022/2023, na conta: **"PO 2021/2022/2023 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.9.7"**.

5. CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

5.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 13 de dezembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

PELA CONTRATADA:

Ilsêa Almeida Cavalcanti
Responsável Legal
CPF/MF: 751.105.554-00

TESTEMUNHAS:

1ª -
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00

2ª -
João Solon de Medeiros Júnior
CPF/MF: 008.477.434-70



Página 1 de 3

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luis Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 5-161-18

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **LUIS ANTÔNIO TORRES URDANETA (TTAC SMART AUTOMATION)**, com Sede na Avenida Olof Palme, nº 505, BLC 01, APT 302, Camorim, Rio de Janeiro/RJ (CEP 22.783-119), inscrita no CNPJ sob o nº 28.054.272/0001-93, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-161-18, que tem por objeto a prestação dos serviços de serviços de **SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO E CUSTOMIZAÇÕES/MELHORIAS DO SISTEMA SUPERVISÓRIO SCADA OASYS**, destinado à medição dos clientes da POTIGÁS, assinado em 21/12/2018, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no seu item 4.1, e suprimir o valor total anual, estabelecido no item 5.1, do Contrato nº 5-161-18, em **17,74%**, passando de **R\$251.233,20 (duzentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta e três reais e vinte centavos)** para **R\$206.663,22 (duzentos e seis mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos)**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-161-18 fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando de 36 (trinta e seis) para 48 (quarenta e oito) meses, com término previsto para o dia **21/12/2022**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITAMENTO E GLOBAL DO CONTRATO

3.1 - O valor total anual, estabelecido na cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 5-161-18, fica suprimido em **17,74%**, passando de **R\$251.233,20 (duzentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta e três reais e vinte centavos)** para **R\$206.663,22 (duzentos e seis mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos)**.

3.1.1 – A supressão sobre o valor total anual, estabelecido na cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 5-161-18, implementada por intermédio do Termo Aditivo nº 2 ao citado contrato, que foi de **14,52%**, que passou o valor total anual de **R\$ 251.233,20 (duzentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta e três reais e vinte centavos)** para **R\$206.663,22 (duzentos e seis mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos)**, está contida no percentual de supressão fixado no item 3.1 acima, que é de **17,74%**.

3.2 - A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos valores contratuais do período total de 36 (Trinta e seis) meses, decorrentes do contrato e seu aditamento:

HISTÓRICO	VALOR GLOBAL (R\$)
CONTRATO (12 MESES)	251.233,20
ADITIVO Nº 01 (24 MESES)	251.233,20
ADITIVO Nº 02 (36 MESES)	214.763,22
ADITIVO Nº 03 (48 MESES)	206.663,22
VALOR TOTAL ATUALIZADO	923.892,84

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 5-161-18

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS QUANTITATIVOS DA PPU

4.1 - O valor total de **R\$ 206.892,84** (Duzentos e seis mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos), corresponde aos seguintes quantitativos da PPU:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	2021	
				VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR PARCIAL (R\$)
1	Suporte Remoto - Disponível em dias úteis e horário comercial	HH	306	R\$ 612,87	R\$ 187.538,22
2	Desenvolvimento Remoto/Customizações	HH	76,5	R\$ 250,00	R\$ 19.125,00
3	Atendimento Presencial de 40 horas úteis	Und.	0		R\$ -
VALOR TOTAL (R\$)				R\$	206.663,22

5. CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTO LEGAL

5.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-161-18, bem como nos artigos **68 e 71 da Lei Federal nº 13.303/2016** e nos artigos **186 e 188 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022, na conta: PO 2022 - Despesas e Custos Operacionais - Item 1.2.1.15 e PO 2022 - Investimentos - Item 1.4.2.2

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

7.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.





Página 3 de 3

ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente. COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 5-161-18


E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 02 de dezembro de 2021.

PELA CONTRATANTE:



Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente



Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico e Comercial

PELA CONTRATADA:



Luis Antônio Torres Urdaneta
Representante Legal
CPF/MF: 014.561.634-77

PELA FISCALIZAÇÃO:



Aluisio Azevedo Neto
Gestor do Contrato



Anderson Teodósio Costa
Fiscal Titular do Contrato



Tuanny da Silva Barbosa
Fiscal Suplente do Contrato

TESTEMUNHAS:



Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00



João Cabral de Macedo Junior
CPF/MF: 771.101.704-97